

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Os efeitos da crise econômica de 2008 na agricultura brasileira

Raidey Antonio Mazaro

RA00207676

São Paulo

Outubro de 2022

Raidey Antonio Mazaro

## Os efeitos da crise econômica de 2008 na agricultura brasileira

Raidey Antonio Mazaro

RA00207676

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito para a obtenção de grau de Bacharel em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Orientador: Professor Leonardo Trevisan

São Paulo

Outubro de 2022

## **Agradecimentos**

Gostaria de agradecer primeiramente a minha família pelo apoio nos meus estudos, onde a grande herança que será deixada por eles não a material, mas sim a herança do conhecimento, aqui gostaria de agradecer em especial a minha mãe, Marcia Valeria Alvarez Mazaro, meu pai Fabio Mazaro Junior e minha irmã Naya Mazaro.

Agradeço a todos os meus amigos e em especial a Maria Falcone, onde no decorrer da graduação foi minha fiel companheira e um dos meus pilares na minha passagem pela Pontifícia Universidade Católica, gostaria de deixar aqui meu agradecimento aos meus colegas de trabalho que me apoiaram e me ajudaram no meu crescimento como profissional e como pessoa, não poderia de deixar de agradecer minha gestora na época estágio Camila Cazarini.

Agradeço pôr fim ao Centro Acadêmico Leão XIII, que fiz parte desde 2018 quando ingressei na faculdade. Com certeza foi nessa entidade estudantil que eu me desenvolvi e amadureci, e graças a ele, posso colocar que sou um verdadeiro filho da PUC, levando-a eternamente em minha vida profissional e particular.

## Resumo

Períodos de crise já haviam acontecido anteriormente, como a Crise de 29 e anos depois com a crise da Ásia em 1990 que gerou situações, expectativas e consequências semelhantes às da crise de 2008, o tipo de problema econômico que a Ásia enfrentou, e que todos experimentaram em 2008, vem a ser exatamente o tipo de coisa que suponhamos ter aprendido a evitar. Este trabalho tem como objetivo, fazer a análise do impacto da crise de 2008 no mundo e no Brasil, realizando-se um recorte para estudarmos a situação do país e trazer seus principais impactos na agricultura, passando-se pelos níveis de produção, exportações área plantada antes e depois de 2008 e com isso o país sofreu e sofre grandes mudanças sociais e econômicas, marcando a profunda dependência entre o Brasil e as commodities.

## Abstract

This work aims to analyze the impact of the 2008 crisis in the world and in Brazil, in the first chapter, we will discuss the main events that led to the subprime crisis, its effects in the world and with special emphasis on what it provided in Brazil, in the second chapter, we will begin the analysis of the impact of the 2008 crisis on Brazilian agriculture, finally, the third chapter analyzes the facts that changed the entire market and agribusiness itself after 2008, thus marking the deep dependence between Brazil and commodities.

## RELAÇÃO DE GRÁFICOS, TABELAS E FIGURAS

### Gráficos

Gráfico 1 – Valores de financiamentos concedidos a produtores e cooperativas.....	14
Gráfico 2 – Evolução de recursos – valores constantes.....	15
Gráfico 3 - Trajetória da Agricultura Brasileira.....	16
Gráfico 4 - Dispêndio do governo na Embrapa, em reais.....	19
Gráfico 5 - PIB Agropecuário entre 1993 e 2008.....	20
Gráfico 6 - Exportações, importações e salde da balança entre 1994 e 2008.....	21
Gráfico 7 - Exportações mensais do agronegócio brasileiro.....	22
Gráfico 8- Balança comercial brasileira.....	23
Gráfico 9 – Evolução do crédito rural no Brasil.....	24
Gráfico 10 – Relação Área X Produção X Produtividade entre 1990 a 2006.....	25
Gráfico 11 – Níveis das exportações brasileira de açúcar.....	28
Gráfico 12 – Exportações brasileiras de açúcar (t) para os EUA e União Europeia 2008-2017.....	29
Gráfico 13 – Produção de açúcar (t) do Brasil, Índia, China, Tailândia e México 2007-2017.....	30
Gráfico 14 – Exportação de etano entre 2008 e 2017.....	31
Gráfico 15 – Área plantada por soja no Amapá.....	34
Gráfico 16 – Evolução da produção de soja no Amapá (em R\$) .....	34
Gráfico 17 – Crédito por origem de capital.....	39
Gráfico 18– Crédito por origem de capital II .....	39
Gráfico 19 – Média de crescimento das principais economias.....	42
Gráfico 20 - Lucratividade.....	48
Gráfico 21 - Liquidez.....	49

Gráfico 22 – Ciclos de atividade.....	49
Gráfico 23 – Rentabilidade.....	50

## **Tabelas**

Tabela 1 - Produtos Exportados.....	17
Tabela 2 - Área plantada X Produção.....	17
Tabela 3 – Taxa anual de crescimento da produção (%) .....	26
Tabela 4 – Distribuição das exportações brasileiras de açúcar.....	28
Tabela 5 – Exportações de etanol.....	30
Tabela 6 – Balanço entre oferta e demanda de arroz para o Brasil, 2005 a 2017, em toneladas.....	32
Tabela 7 – Os 10 principais países importadores e exportadores de arroz.....	33
Tabela 8 – População 2000-2010.....	33
Tabela 9 – Ações tomadas pelo governo por áreas.....	45
Tabela 10 – Cenário agrícola no mundo.....	51

# Sumário

Introdução	1
Capítulo 1	3
1.1 O desenvolvimento da crise de 2008	3
1.2 A crise no mundo	5
1.3 A crise chega ao Brasil	8
Capítulo 2	13
2.1 Brasil e a sua afinidade com o “agro”	13
2.2 A Agricultura pré-crise	19
2.3 Análise Pós 2008	26
Capítulo 3	36
3.1 A mudança a partir da crise de 2008	36
3.2 O mundo tenta sair da “marolinha” ou do “Tsunami”?	41
3.3 O Agronegócio pós 2008	47
Considerações finais	52
Bibliografia	53

## Introdução

A relação entre o Brasil e a agricultura tem um laço de união datado por séculos, passando-se por vários governos e crises. O objetivo deste trabalho, é a análise de um recorte desta história, a análise econômica das relações agrícolas durante a crise de 2008 e os impactos causados por este capítulo da história global.

A crise do subprime é o nome pelo qual ficou conhecido o período de crise que se iniciou nos Estados Unidos e se alastrou por todo o planeta em 2008. Períodos de crise já haviam acontecido como a Crise de 29 e anos antes tivemos a crise da Ásia em 1990 que gerou situações, expectativas e consequências semelhantes às da crise de 2008, o tipo de problema econômico que a Ásia enfrentou, e que todos experimentaram em 2008, “é exatamente o tipo de coisa que supúnhamos ter aprendido a evitar”. (KRUGMAN, 2009, p. 4)

Quando olhamos para o Brasil, a partir de 2005 o Brasil passou a ter taxas de crescimento do PIB elevadas e a participação no comércio mundial passou a ter um grande impacto na conjuntura a época e a concentração de renda passava a se dissolver aos poucos, o cenário mundial passou a ser mais favorável devido ao desempenho de potências emergentes como a China e de potências consolidadas, como os Estados Unidos, afirma Souza, Previdelli e Neto para a *Revista de Economia Política e História Econômica* publicada no ano de 2010.

Este trabalho tem como objetivo fazer a análise da crise de 2008 no mundo e no Brasil, realizando-se um recorte para estudarmos a situação do país e trazer seus principais impactos na agricultura, passando-se pelos níveis de produção, exportações área plantada antes e depois de 2008 e com isso conseguimos ver a mudança em todos os setores sofridas no âmbito econômico.

O objetivo secundário dentro do trabalho, vem a ser quando fazemos a análise das relações entre crises e aprendizagens, historicamente após períodos difíceis, temos uma mudança significativa nos níveis de produção, em 2008 não foi diferente, o Brasil e o mundo obtiveram uma aprendizagem em diversas técnicas que proporcionaram um aumento significativo em produção por exemplo.

Dentro deste trabalho, vamos abordar como método de pesquisa o bibliográfico e o exploratório baseando-se na análise do livro de Antonio Carlos Gil, de acordo com Gil, por pesquisa bibliográfica entende-se como a análise e a interpretação de material

impresso, logo segundo o autor temos: “os livros constituem as fontes bibliográficas por excelência. Em função de sua forma de utilização, podem ser classificados como de leitura corrente ou de referência.” (GIL, 2002), já a pesquisa exploratória, tem como base segundo Gil, em proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito.

No primeiro capítulo será colocado uma discussão histórica sobre os principais fatos que acarretaram a crise do subprime, os impactos dela no mundo e um enfoque especial no que ela proporcionou no Brasil, passando por alguns pontos, mas sempre tendo em vista o fator econômico como principal.

No segundo capítulo teremos o início das discussões sobre o nosso trabalho, o impacto da crise de 2008 na agricultura brasileira, nesta parte do trabalho, podemos ver uma análise da situação agrícola brasileira pré-crise e um comparativo pós 2008, analisando-se também os níveis dos principais índices agrícolas.

No terceiro capítulo será feita a análise de fatos pós 2008 que mudaram os mercados como um todo, buscando entender como o agronegócio superou o ano impactante de 2008 e como o globo se comportou durante esse período.

# Capítulo 1

## 1.1 O desenvolvimento da crise de 2008

A crise do subprime, foi a crise econômica de 2008, ela se desencadeou em meados de 2007 nos Estados Unidos e acabou tendo seus efeitos profundamente impactados na sociedade do que por exemplo a sua antecessora, a crise de 29, com o decorrer do tempo tornou-se evidente essa comparação, onde essa crise financeira internacional cujos problemas ainda se mostram presentes até os dias atuais em uma escala global.

Para compreender a crise e tentar prever o que aconteceria, não basta afirmarmos que o capitalismo é apenas um sistema econômico, além de cego para a sociedade e a para o meio, grande verdade, é também que as nações mais avançadas procuraram com êxito reduzir esse desnorteio no qual acabaram se encontrando, não obstante de toda essa montanha russa que a vida seguiu, segundo Bresser Pereira podemos dizer que:

Os avanços e retrocessos que as sociedades modernas vêm experimentando, o progresso econômico, social e político é indiscutível, na medida em que por meio da democracia, o Estado, aqui entendido como o sistema constitucional-legal e a organização que o garante, vem se transformando no instrumento por excelência de ação coletiva das nações (PEREIRA-BRESSER, 2008, p.195)

Há uma série de fatos que podemos colocar como pontos de partida dessa crise, a origem que podemos colar, desencadeia-se então no excesso de crédito a tomadores que não apresentavam garantias reais de que estariam honrando com este compromisso, colocando estes fatos em uma linguagem de “economês”, podemos dizer que este fato se molda como uma liberalização financeira (neste caso a liberalização é global) (D’AGOSTINI, 2008), logo podemos colocar esse fato como a essência fundamental desta crise.

Explicando-se o tema de uma maneira mais profunda, temos que “A liberalização financeira corresponde de maneira geral, à desregulamentação do setor bancário, à livre mobilidade de capitais entre os países à difusão das inovações financeiras (LIMA; DEUS; 2013).

Onde esta última faceta da liberalização apresenta relevância fundamental no desenrolar da crise, pois as inovações financeiras estão basicamente firmadas na produção de novos tipos de serviços financeiros, trazendo-se para os dias atuais, o

PIX pode ser considerado como um novo serviço dentro desta base de raciocínio colocado pela autora, ou a novas formas de produção dos serviços financeiros já existentes nos dias atuais, podemos ver a emissão de cartões online para compra na internet, como esse serviço já existente (D'AGOSTINI, 2008).

Segundo Bresser-Pereira, para compreendermos melhor toda a crise, quando adicionamos as variáveis estruturais de classe social, o capitalismo do conhecimento, uma variável política e o Estado Democrático Social, podemos então definir a crise como não apenas uma crise financeira, mas também a crise da coalizão política estabelecida entre capitalistas rentistas e profissionais financeiros, podemos então dizer que existe nessa crise uma espécie de contradição que não existia nas crises do capitalismo industrial ou clássico (crises como a de 29 por exemplo, pode ser colocado como exemplo neste caso). Ainda dentro desse raciocínio e dentro do raciocínio de Bresser, podemos ver que a figura dominante era a do capitalista individual ativo, podemos dizer que a figura do empresário schumpeteriano, este motivado pela vontade da realização pessoal, pelo lucro e pela busca da acumulação de capital e fusões e aquisições que expandem o seu poder e demonstram seu êxito pessoal. Já era um agente "racional", que busca os meios mais corretos, para atingirem o fim desejado, mas sua racionalidade além de instrumental é limitada, colocando-se então em contraponto, junto a teoria clássica de Marshall que sempre colocava que todo ser econômico era sempre racional e realizava a melhor decisão econômica (PEREIRA-BRESSER, 2008).

Então, podemos concluir que quando falamos sobre a crise de 2008, falamos sobre um processo de securitização e de desenvolvimento de todo o mercado de derivativos, onde esses são exemplos típicos de inovações financeiras de operações altamente exploradas pelos investidores no período anterior à crise de 2008, toda esta inovação é feita pelos bancos com o intuito de apresentarem competitividade frente aos concorrentes do mercado.

## 1.2 A crise no mundo

Em meados dos anos 90, não só os países centrais, mas também os países periféricos que estão em desenvolvimento (os subdesenvolvidos), passaram a adotar medidas de liberalização de suas contas onde dessa forma, todo o mercado passou a existir dentro de uma esfera global, pois se pararmos para ver o cenário que estava se desenhando, todo o globo estava vendo um aumento significativo da circulação monetária.

Dentro do contexto pré-crise as autoras nos mostram que:

Nos anos anteriores à crise, os Estados Unidos viviam um momento de prosperidade econômica, com baixa inflação e baixa taxa de juros. De maneira geral, o mundo vivia uma fase de liquidez internacional. (LIMA; DEUS, 2013, p.53)

Com o aumento cada vez mais significativo da adoção de medidas liberais, a partir dos anos 90 por diversos países, a concorrência entre instituições financeiras aumentou para uma maneira como nunca fora vista antes. Tendo-se uma baixa taxa de juros nos Estados Unidos, somando-se ao aumento da competitividade entre as instituições financeiras, o cenário nos leva a ver a redução da lucratividade nas operações financeiras tradicionais norte americana. Dado o cenário interno, o Estados Unidos começou a buscar mercados que rendesse mais, a primeira opção articulada foi o direcionamento de empréstimos aos países em desenvolvimento, porém, com o desencadeamento das crises do México, da Rússia e do Brasil na década de 90, essa articulação foi interrompida, com isso a outra opção rentável foi encontrada no mercado imobiliário interno, pois com o cenário econômico favorável, muitas famílias puderam comprar a casa própria nos Estados Unidos.

Porém, para oferecer rendimentos maiores e na proporção esperada, este mercado precisaria ser ampliado, visto que à época ele (o mercado) estava relativamente maduro, devido ao envelhecimento da população. O mecanismo utilizado por grande parte das instituições financeiras para aumentar a sua participação neste mercado, foi a concessão de crédito aos tomadores classificados como subprime (palavra utilizada aos tomadores de crédito que não apresentavam garantias que comprovassem uma renda, ou até mesmo um histórico de crédito favorável para tomarem esses empréstimos), desta maneira os tomadores assinavam os contratos de hipotecas imobiliárias com as instituições financeiras, onde a garantia era o próprio imóvel hipotecado. Além dos contratos de financiamento imobiliário

(hipoteca), com o intuito de alavancagem dos valores, as instituições financeiras securitizaram essas hipotecas, essa manobra foi utilizada também como um mecanismo para disfarçar a origem desses tomadores de crédito (subprime). No momento de chamariz para a atração dos tomadores de crédito, as taxas de juros dos empréstimos oferecidos pelas instituições eram muito baixas, porém dado cenário econômico do período elas subiam depois de certo tempo, com uma certa rapidez, o problema começa a surgir e tornou-se cada vez mais preocupante, pois com o aumento das taxas de juros, os credores começaram a não mais conseguir honrar os pagamentos dos empréstimos. Desta forma, criou-se uma cadeia interligada pelos papéis oferecidos ao mercado, onde têm como lastro as próprias hipotecas imobiliárias, possuídas pelos tomadores de crédito que sequer apresentavam emprego estável (LIMA; DEUS, 2013).

Os investidores que realizaram o investimento comprando os títulos anteriormente citados, perceberam com o tempo o rumo que tomava esse novo negócio (o início de uma bolha no mercado), eles (compradores) por sua vez, tentaram liquidar esses títulos em mercado aberto, porém, não encontram uma demanda no mercado correspondente as suas expectativas, com isso, há uma queda imensa do preço dos títulos negociados na economia americana, muitos à época a comparavam com o boom de 1929, isso ocorreu devido o papel das expectativas negativas, onde elas guião as decisões dos agentes econômicos, nesse cenário de risco de liquidez. A partir desta fase da crise, há a fase que os especialistas à época colocaram como a da crise patrimonial, o nome se deve por conta do valor dos passivos das instituições financeiras torna-se maior que o valor dos seus ativos, desta maneira as instituições se tornaram insolventes contabilmente falando (CARVALHO FERNANDO, 2008).

Podemos então entender que:

A partir deste ponto, vemos a quebra de diversos bancos, dentre os casos mais famosos, temos o caso do Lehman Brothers, com isso a expectativa negativa dos agentes frente à dinâmica da economia, alavancado com o aumento do desemprego, leva para o pior dos cenários, o auge da crise econômica nos Estados Unidos. (LIMA,; DEUS, 2013, p.54)

Caso as economias globais operassem de maneira fechada, a crise relatada acima seria essencialmente americana, porém, mais do que ligadas através do comércio exterior, as relações financeiras e sociais entre os países de todos os continentes se intensificaram muito.

As medidas de abertura e desburocratização financeira funcionaram como uma espécie de ponte onde ela liga o mercado financeiro doméstico de um país ao mercado financeiro global, de uma maneira muito rápida, as economias liberalizadas se tornam totalmente interligadas e dependentes uma das outras, especialmente em suas relações financeiras.

A maior comprovação dessa interligação global, está na rapidez com que os efeitos da crise do subprime se espalhou pelo o globo, o modo como os demais países foram atingidos pela crise, pode ser entendido a partir da noção de que há discrepância monetária e financeira dentro sistema monetário e financeiro internacional, em alguns casos acentuando-se as “injustiças” que o capitalismo nos proporciona.

A economia americana apresentava (e ainda apresenta) a moeda que é o ponto chave do sistema financeiro e monetário internacional ( muito disso devido a força de sua economia e sua força perante a outras nações), logo podemos afirmar que o dólar desempenha, em nível mundial, as três funções básicas da moeda, quais sejam: meio de troca, unidade de contagem e reserva de valor, com isso, o dólar apresenta, o maior grau de conversibilidade (aceito entre todas as nações) ele é o ativo mais seguro e líquido do sistema monetário e financeiro internacional (LIMA; DEUS, 2013).

Dado exposto, não podemos desta maneira desconsiderar que em 2008 o cenário macroeconômico global não era diferente, os títulos dos Estados Unidos eram comprados por investidores de todo o mundo, com a queda brusca do valor desses ativos, somada às falências dos bancos, que na economia apresentava até então fundamentos sólidos para a sua confiabilidade ( essa confiabilidade era passada, pois o que aconteceu em 2008 foi uma bolha silenciosa que quando “explodiu” acabou por abalar todo o sistema monetário internacional e chegou a abalar até o solido e longínquo sistema Capitalista), a desconfiança junto com as expectativas negativas tomam o lugar nas decisões dos agentes econômicos.

Diante deste cenário, torna-se interessante abrir aqui uma breve discussão sobre teoria econômica, pois este cenário que está sendo descrito dentro da conjuntura global, vem de encontro com a descrição clássica do homem perfeitamente pensante e que sempre escolhe o melhor, para maximizar sua satisfação, podemos então entender que este homem “perfeito” economicamente falando, foi o responsável por essa crise, a maximização do prazer humano vale isso?

### 1.3 A crise chega ao Brasil

No Brasil, o sistema financeiro não declinou drasticamente como nos Estados Unidos e na Europa, isso ocorreu pelo fato dos bancos nacionais não estarem na época profundamente vinculados aos títulos das dívidas hipotecárias americana, de uma maneira geral, o Brasil não estava globalizado de uma maneira tão profunda como atualmente.

Segundo o professor Aldo Duran, da Universidade Federal Fluminense, podemos partir do pressuposto de que essa falta de vínculo com o mercado internacional se deve principalmente à política econômica do governo Lula, pois após Lula ter vencido as eleições de 2002, o seu governo no início teve uma pauta em críticas severas e ferrenhas à política neoliberal exercida no Brasil durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (GIL; BARIZÃO, 2012).

Beneficiando-se da conjuntura econômica internacional (pré-crise), o país continuou se inserindo no mercado mundial de maneira extremamente dependente das exportações de commodities, com foco principalmente na produção de milho e soja, o Brasil então ganhou a confiança do capital internacional, fazendo-se um grande atrativo para o investimentos estrangeiros, começou a torna-se comum nesta época, produtores do Centro Oeste, venderem a saca futura a preços de cotação de dólar do dia vigente, podemos então considerar que a crise financeira internacional atingiu a economia brasileira em um cenário de pico (atípico se analisamos o cenário do Brasil no longo do tempo), quando completou um período sequencial de seis trimestres de crescimento em aceleração, as empresas estavam em um bom momento, produzindo e planejando novos investimentos, logo, por consequência o crédito bancário era indispensável para rodagem dessa engrenagem (BOITO JR., 2005).

Com a crise se agravando em todo o globo, o setor bancário como em qualquer momento de crise, reagiu com muita prudência e retraiu consideravelmente a liberação de crédito na economia brasileira, levando assim por consequência, as empresas a reverem seus planos de produção e de investimento, visto o cenário anteriormente citado de grande crescimento e expectativas positivas para o mesmo, mas com a chegada da crise, foi inevitável a retração da oferta de crédito bancário tanto no mercado interno como a interrupção de linhas de crédito externas (como por exemplo o empréstimo para a construção do porto de Mariel em Cuba),esses dois

fatores foram condições suficientes para provocar uma redução na demanda interna e ancorar as expectativas de inflação, já que desencadearam uma forte parada da atividade econômica.

Lula tomou ainda, medidas que favoreceram os interesses econômicos e políticos de frações do capital nacional mais economicamente poderosos: o capital bancário brasileiro. Assim, essa fração do capital começou a participar da hegemonia política junto com capital financeiro internacional. (GIL; BARIZÃO, 2012, p.20)

As políticas macroeconômicas se destacaram no Brasil, inicialmente, a taxa básica de juros começou a cair, destacava-se o fato de que mesmo instável, a taxa de juros brasileira apresenta uma tendência de redução a longo prazo, além disso, o governo da época sinalizou com a perspectiva de aumento dos gastos do governo, dentro desta época, ocorreu também o aumento do déficit nominal do estado que passou de 0,69% para 3,44% no período, esse aumento dos gastos públicos, torna-se normal, devido a inserção do estado como “o grande socio” do mercado, toda economia quando entra em apuros, acaba se socorrendo na teoria Keynesiana.

Quando olhamos a política fiscal, o governo se preocupou em socorrer os setores que mais sofreram com os impactos da crise, como por exemplo o setor de construção civil (ocorreu uma queda na compra e construção de propriedades), agricultura (acabou-se tendo uma queda no mercado externo, devido a diminuição de exportações), parte essa que será destacada futuramente neste estudo, automóveis e móveis de eletrodomésticos, quando colocamos em destaque a agricultura, as medidas do governo contemplaram a antecipação de crédito para o financiamento da safra, medida inteligente, visto a dependência do país com as commodities, novamente, vemos aqui a presença muito marcante da ação do estado como sócio do produtor, trazendo-se para o cenário teórico, ressalta-se desta maneira a teoria de Keynes (FOSTER, 2000).

Para contornar essa situação proveniente da crise, o governo aumentou a oferta de crédito para o setor automotivo, carros com 1.0 cilindradas, e com redução da alíquota para outros modelos, com a exceção de carros mais potentes, como por exemplo os de 2.0 cilindradas ou mais, já em relação ao setor de móveis e eletrodomésticos, o governo disponibilizou crédito de R\$ 2 bilhões para estimular o consumo, além da redução do IPI da chamada linha branca, que contempla fogões, geladeiras, lavadoras e tanques, com essa medida, o governo tinha como foco

estimular as denominadas classes C e D, grupos estes que estavam surgindo dentro das classes sociais à época (GIL; BARIZÃO, 2012).

Tomando como gancho o tema anteriormente dito sobre a linha branca e a redução de do IPI para o incentivo ao consumo, vale aqui colocar uma “pincelada” sobre a situação do mercado varejista a época, dentro do ano de 2008, teve uma sequência de três meses de recuo das vendas, dentro do período de outubro a dezembro, contabilizando-se uma queda em 2,3%, as líderes no pior preço foram o setor de moveis e eletrodomésticos (por isso o incentivo do governo anteriormente dito), artigos de uso pessoal e por fim, artigo de farmácia (ROSA; NAKATANI, 2009).

Já a medida que teve foco no enfrentamento cambial, merece um destaque especial dentro deste tópico de nossa discussão, uma vez que a desaceleração da economia mundial teve impacto forte na redução do volume de exportações (todos preferem produzir internamente ou substituir importações), e nos fluxos de capitais transacionados no Brasil e no mundo, sendo assim, dentro da área cambial, com intuito de reduzir a volatilidade do preço do dólar e atenuar os impactos da crise, o governo, atuou por meio de inúmeros instrumentos que garantiram para o Brasil um mínimo de liquidez no mercado internacional, podemos então entender que até ao fim de 2008 tínhamos uma tendência de redução de participação do capital estrangeiro no Brasil, visto que os investidores internacionais retiraram dinheiro do país, no intuito de reduzir o prejuízo no mercado externo que para eles é o mercado interno (GIL; BARIZÃO, 2012).

Um ponto que ainda não foi citado e que vem a ser de suma importância, vem a ser o tema de desemprego, ao fim de 2008, a taxa de desemprego estava relativamente “comportada”, tendo-se o seu maior desvio dentro do mês de dezembro, onde o Brasil registrou segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma taxa de 6,8%, para termos uma ideia de como foi tão ruim esse mês para o trabalhador CLT, apenas na região metropolitana de São Paulo, a taxa do mês em questão, foi de 7,1%, apenas um pouco acima da média geral, em Janeiro de 2009, essa mesma taxa, chegou em altos 8,2%, desta maneira então o Brasil teve que admitir que a crise global atingiu também a sua economia dentro do setor de empregos, a área que mais sofreu com este corte de vagas, foi o da construção civil com um contingente significativo, sendo dispensado de seus postos e entrando no mercado informal (ROSA; NAKATANI, 2009).

Dentro do que foi citado anteriormente, várias partes do setor econômico sofreram por conta da crise e necessitaram de apoio do governo, mas como contrapartida, tiveram que “enxugar” a sua folha salarial, podemos então colocar alguns exemplos de empresas que necessitaram opinar por este método: a Embraer reduziu sua folha em 20%, a Gerdau reduziu em 10%, a Vale cortou o seus serviços terceirizados, já o setor automotivo, com suas grandes montadoras, optaram por seguir a lei trabalhista, que dá direito a elas a congelarem contratos por 5 meses, optaram por seguir o artigo 476, foram : Volvo, Renault, Nissan, Volkswagen e Audi, na prática, as empresas reduziram gastos com os custos de trabalhadores, visto que o salário era pago pelo fundo de amparo ao trabalhador e as montadoras necessitavam dar apenas uma espécie de apoio a estes (apoio este que não era nem próximo dos custos salariais).

Por consequência, quando falamos em desemprego, temos que também acabar comentando sobre a taxa de desemprego do período que estamos analisando, segundo o Conselho deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), ampliou a abertura de seguro-desemprego em aproximadamente 100%, em fevereiro de 2009, então quando analisamos o seguro-desemprego, tinha a época um valor máximo de R\$870,01, era pago somente para trabalhadores do mercado formal e que foram dispensados sem justa causa, recebendo-se este “salário” por 6 meses. Ocorreu então um debate à época, visto que o governo, aumentou o número de parcelas do seguro para os setores mais afetados da crise, em um começo a ideia do governo era o FAT, desse esse suporte financeiro para este aumento de parcelas, mas com o decorrer do tempo, o Ministério do Trabalho viu que o FAT não aguentaria ser a base deste suporte e que o tesouro nacional teria que entrar em cena (ROSA; NAKATANI, 2009).

Então no decorrer de todo este episódio, podemos constatar que o Brasil se recuperou de maneira relativamente rápida, diferentemente de Estados Unidos e do velho continente, pois, já no final de novembro de 2008, os capitais estrangeiros começaram a retornar para a sua “normalidade”, isso aconteceu devido ao crescimento da confiança dos investidores internacionais e nacionais na economia brasileira, onde essa apresentava no momento da crise inflação controlada, dívida externa líquida negativa, relação dívida pública e PIB estável e taxas de crescimento econômico excepcionais (GIL; BARIZÃO, 2012).

Podemos então concluir que o Brasil soube de maneira categórica como trabalhar sua economia dentro do contexto global no qual ele estava inserido, com toda a política macroeconômica, do governo Lula, onde as reservas estavam relativamente seguras, devido ao crescimento constante que a economia estava passando nos anteriores (tendo uma retração apenas em 2009, ano de reflexo da crise).

## Capítulo 2

### 2.1 Brasil e a sua afinidade com o “agro”

Quando analisamos as três décadas anteriores à crise do subprime e começamos a observar aquilo que este trabalho tem como base, o impacto da crise de 2008 na agricultura brasileira, podemos então começar a contar um pouco sobre a longa e duradoura relação entre a agroindústria e o Brasil.

A história da produção agrícola e dos seus setores que são definidos como agronegócio, vem a ser rica em lições, várias terras férteis para o plantio haviam sido já conquistadas, como as regiões do Paraná e do Mato Grosso do Sul, restando apenas áreas de campo com pouca fertilidade no Sul e as vastas extensões do Cerrado, onde a pecuária extensiva era predominante, devido as vastas extensões de terra a agropecuária foi muito diferenciada no decorrer dos anos (ALVES; CONTINI; GASQUES, 2008)

A industrialização, levava consigo a acelerada e caótica urbanização, já que os salários no meio urbano eram superiores aos do meio rural, com isso um novo desafio aparecia, segundo o texto “Evolução da produção e produtividade da agricultura brasileira”: “Abastecer com comida barata a crescente população urbana e aumentar e diversificar as exportações de produtos de origem agropecuária, garantindo divisas para a importação de bens de capital para a indústria” (ALVES; CONTINI; GASQUES, 2008)

A agricultura então, responde a altura para estes novos desafios, com o apoio da ciência, insumos modernos (melhora no agrotóxico, fertilizantes e afins), de maquinaria acoplada com sistemas tecnológicos novos e de instrumentos de política agrícola (como o nascimento da bancada agrícola no congresso), desta maneira a agricultura se moderniza e aumenta significativamente a sua produtividade da terra, do trabalho e do capital, trazendo para o lado econômico, podemos ver a teoria de David Ricardo embasada aqui (RICARDO, 2005).

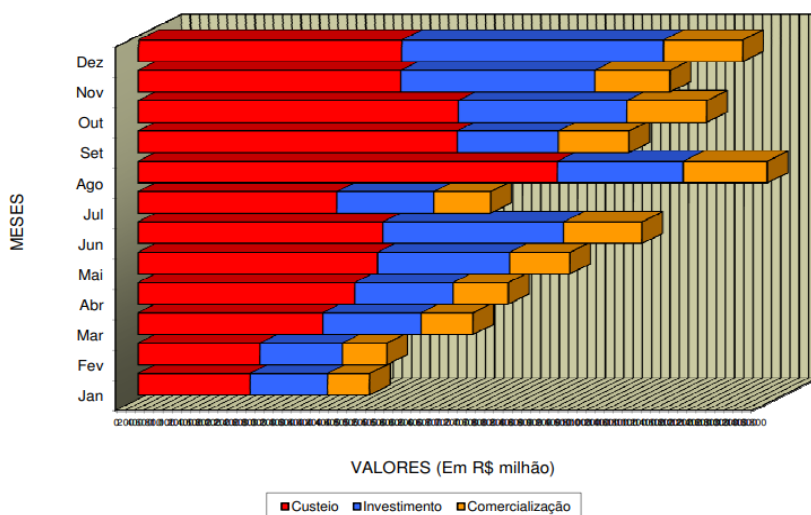
Além do aumento da produção por meio da produtividade, a modernização atrelada a uma forte pesquisa geológica e química, estabelece sistemas de correção do solo, tornando-se então possível, cultivar no bioma do Cerrado por exemplo e assim conquistando-se assim, enormes terras antes eram inférteis e hoje aumentam

toda a produção, por conta de todos os fatores anteriormente citados (VILELA; CALLEAGRO; FERNANDES, 2019).

Ainda quando falamos sobre a modernização da agricultura, destacamos três políticas públicas fundamentais para a operação do tema: o crédito subsidiado, para a compra de insumos modernos; a extensão rural; e a pesquisa agropecuária, liderada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com a tecnologia moderna, isso cristaliza-se em insumos em que o crédito rural é um instrumento de política agrícola que acaba por influenciar até mesmo na política do país.

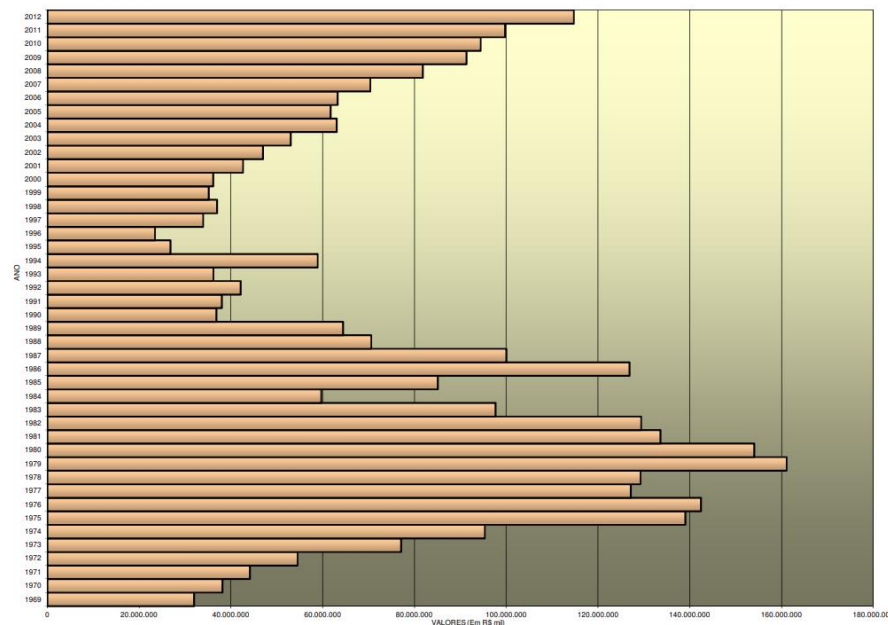
O setor privado, por volta do ano de 1980, teve uma pequena participação no crédito agrícola para pequenos produtores, a base para eles foi o governo federal, principalmente entre seus maiores bancos, o Banco do Brasil e Banco do Nordeste (principais fomentadores do crédito agrícola no país), eles subsidiaram a taxa de juros com maior intensidade no Brasil, como podemos ver no gráfico a seguir do relatório de crédito agrícola do BC que essa dependência é altíssima e a evolução dos recursos que se pode ver , principalmente quando falamos do custeio da produção (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CRÉDITO RURAL - até 2012, BCB).

Gráfico 1 – Valores de financiamentos concedidos a produtores e cooperativas



Fonte: Banco Central do Brasil

Gráfico 2 – Evolução de recursos – valores constantes



Fonte: Banco Central do Brasil

Dentro do século XX, a agricultura como vimos, tornou-se fundamental para a balança comercial do país, a pecuária se tornou importante para o país com a exportação para grandes mercados, como União Europeia e EUA, ainda dentro deste mundo de criação de animais, podemos colocar a avicultura e a ovinocultura adentrando em mercados emergentes, como China e o mundo árabe.

Quando olhamos na parte da agricultura, podemos ver algumas *comodities* que “saltam” nossos olhos, quando vemos a relação de exportação e consumo do Brasil, podemos colocar em destaque a cana de açúcar, com o projeto implementado pelo governo militar de alto-suficiência de combustíveis, foi possível ver um grande aumento na produção canieira em parte do Nordeste (região historicamente conhecida pelo plantio) e no Noroeste Paulista, o etanol, a partir de 2003 acabou se popularizando entre os brasileiros, quando foi lançado o carro Flex, movido a álcool e gasolina ou com qualquer mistura entre os dois, com essa onda de crescimento o setor voltou a se levantar, juntando-se com as preocupações com o meio ambiente, aquecimento global e a instabilidade de preços dos combustíveis fósseis têm tornado o etanol uma alternativa eficaz de combustível renovável, atendendo-se aos planos militares a época, também temos outros produtos que podemos destacar aqui como o café e a soja, estes serão melhores introduzidos nos próximos parágrafos (ALVES; CONTINI; GASQUES, 2008).

Para então, começarmos nossos trabalhos em análise, abaixo nela podemos ver um “boom” na produção no quesito de produtividade, a partir dos anos noventa, com isso ocorreu em paralelo um aumento também significativo no número de importações, analisando o período que este trabalho se propõe a analisar, analisando o ano de 2008, temos um recorde de produção à época mas se depois vemos o ano posterior, vemos o impacto que a crise do subprime teve na produção, a baixa roda em torno de aproximadamente 7%.

Gráfico 3 - Trajetória da Agricultura Brasileira



Fonte:Embrapa

O Brasil durante muitos anos ficou e ainda está dependente da venda de *comodities*, podemos colocar que a relação entre o país e o agronegócio é (e foi) tão forte que na copa de 1982, o café maior produto exportado a época, ficou imortalizado no símbolo da CBF (Confederação Brasileira de Futebol), podemos então colocar que o agronegócio pode ser considerado como a grande base para a indústria no país. (EMBRAPA, 2018).

Dando um breve panorama sobre o café, ele começou a ser produzido por conta do contrabando que aconteceu no Rio de Janeiro, adentrou o vale do paraíba para que anos mais tarde tomasse todo o estado de São Paulo e se tornasse este produto tão importante. Segundo dados levantados pela Instituto Interamericano para Cooperação Agrícola (IICA), a produção de café no país subiu entre os anos de 2007 e 2008, ainda dentro deste raciocínio, podemos classificar como a nova “Super Star” do mundo agrícola, a soja, ela, como podemos ver abaixo junto com a análise do café, ocorreu um aumento entre 2007 e 2008 e continuo aumentando de maneira significativa na seguinte década , hoje a soja pode ser considerada como a principal *comodities* no país, devido à alta globalização que vivemos hoje, ela tem seu valor

altamente vinculado ao dólar, onde essa precificação, é dada pela a bolça de Chicago e o principal comprador deste produto no país são os chineses, podemos então ver que a dependência do Brasil com a produção agrícola e sua exportação é histórica. (BASCO; GUANZIROLI, 2008).

Tabela 1 - Produtos Exportados

PRODUTOS EXPORTADOS	Janeiro - Outubro/ 2008	Janeiro - Outubro/ 2007	Var.% (a/b)
	Valor (US\$) - (a)	Valor (US\$) - (b)	
Complexo soja	16.490.558.351	10.178.460.491	62,01%
Carnes	12.760.444.867	9.168.336.416	39,2%
Produtos florestais	8.049.307.487	7.277.104.580	10,61%
Complexo sucroalcooleiro	6.323.398.401	5.625.152.781	12,4%
Café	3.846.679.874	3.152.211.035	22,0%

Fonte: Basco e Guanzirolí,2008

A agroindústria da soja no Brasil sempre foi considerada um exemplo do sucesso de inserção no mercado mundial, os preços de mercado a época e a expectativa latente de aumento da demanda, no mercado interno e externo, foram os principais fatores que impulsionaram o crescimento na área plantada com soja na safra 2007/08 (NETO, 2017).

Abaixo podemos ver a produção x a área plantada de soja no Brasil, vendo-se os números, vemos um crescimento significativo da área plantada na última década, tendo um aumento do cultivo de transgênico e diminuição do normal, com esta análise, podemos ver o crescimento da área plantada e com a tabela anterior podemos ver também o crescimento proporcional das exportações do grupo chamado de complexo da soja.

Tabela 2 - Área plantada X Produção

Ano	ÁREA PLANTADA PRODUÇÃO		PRODUÇÃO	
	Convencional (mil ha)	Transgênico (mil ha)	Convencional (mil t)	Transgênico (mil t)
2000	13.505	-	32.345	-
2001	13.556	-	37.218	-
2002	16.324	-	41.907	-
2003	18.475	-	52.018	-
2004	15.634	5.610	36.582	13.130
2005	13.107	8.738	33.606	22.404
2006	12.351	10.105	33.087	27.071
2007	11.542	11.542	32.552	32.552
2008	10.682	13.056	31.619	38.645
2009	9.542	14.313	30.282	45.422
2010	8.819	16.379	28.447	52.831
2011	7.957	18.566	26.093	60.884
2012	6.957	20.870	23.249	69.746

Fonte: Roessing e Lazzaroto, 2005

Para realizarmos uma explicação, o chamado complexo soja inclui, além do grão, o farelo e o óleo foram os principais produtos agrícolas no cenário brasileiro para exportação. No entanto, adversidades climáticas, como pouca disponibilidade de água no solo, fato recorrente no cerrado, devido a composição orgânica do solo, veranicos, distribuição irregular das chuvas ao longo do ano, como o El Niño e o La Niña e temperaturas elevadas podem comprometer o desenvolvimento, por isso todos os anos ocorre estudos da Embrapa para prevenir este cenário (ALVES; CONTINI; GASQUES, 2008).

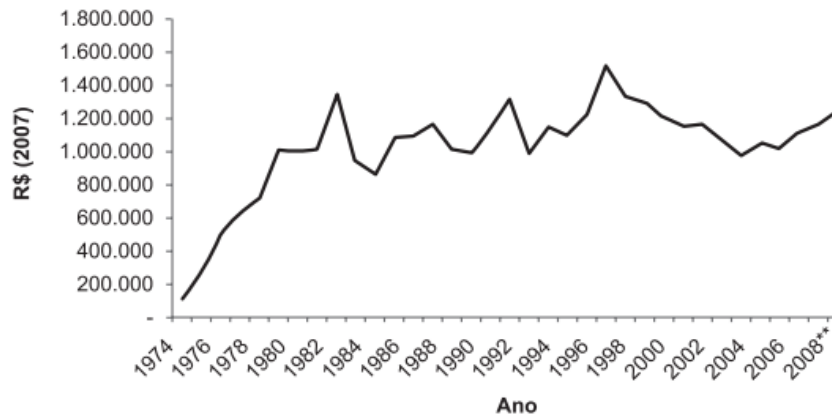
Continuando ainda na relação do Brasil com a agricultura, mas partindo para o campo dos estudos e do fomento da tecnologia, não podemos deixar de citar a trajetória de criação da Embrapa, o apoio do governo foi fundamental para a sobrevivência da empresa nos anos iniciais, ela surgiu do entendimento do governo de que era impossível desenvolver a agricultura dentro do país sem tecnologia.

Após alguns anos com a empresa no funcionamento, e de resultados satisfatório, os números provaram ser ela uma opção muito rentável para o governo, onde a batalha pelo orçamento da Embrapa continua sendo uma clássica discussão, segundo a revista de Política agrícola, no artigo publicado por Eliseu Alves podemos ver o impacto que a empresa gerou e o trabalho que o governo a época realizou para mantê-la, podemos observar um grande investimento até a crise do Subprime:

Nos primeiros 12 anos de vida, a Embrapa era uma promessa, de concepção moderna e audaz, mesmo assim uma promessa. Nesse período, foram feitos enormes investimentos na formação de recursos humanos e em infraestrutura: cerca de 6 bilhões de dólares, até 2008. O governo federal bancou esse recurso fundamentado na promessa de modernização da agricultura que a Empresa representava, sem essa atitude, a Embrapa não teria avançado. (ALVES, 2010, p.01)

Analisando-se o apoio do governo em função do gasto total da Embrapa, podemos ver um crescimento rápido no período 1974–1981, onde em 81 alcançou-se o teto e que, somente, foi superado no período 1996–1997. Cresceram, com oscilações suaves, entre 1985 até 1996, quando chegaram ao máximo para o período. No período de 97– 02, ocorreu uma queda, mas muito influenciada pelos ajustes macroeconômicos do plano real, a partir de 2003, começou-se uma queda de investimento e onde as vésperas da crise de 2008, o valor teve um leve crescimento, como podemos ver abaixo (BACHA, 2011):

Gráfico 4 - Dispendio do governo na Embrapa, em reais



Fonte: Revista de Política Agrícola, Alves 2010.

O texto ainda nos explica e nos leva a entender o motivo da empresa ser criada como pública e não como privada:

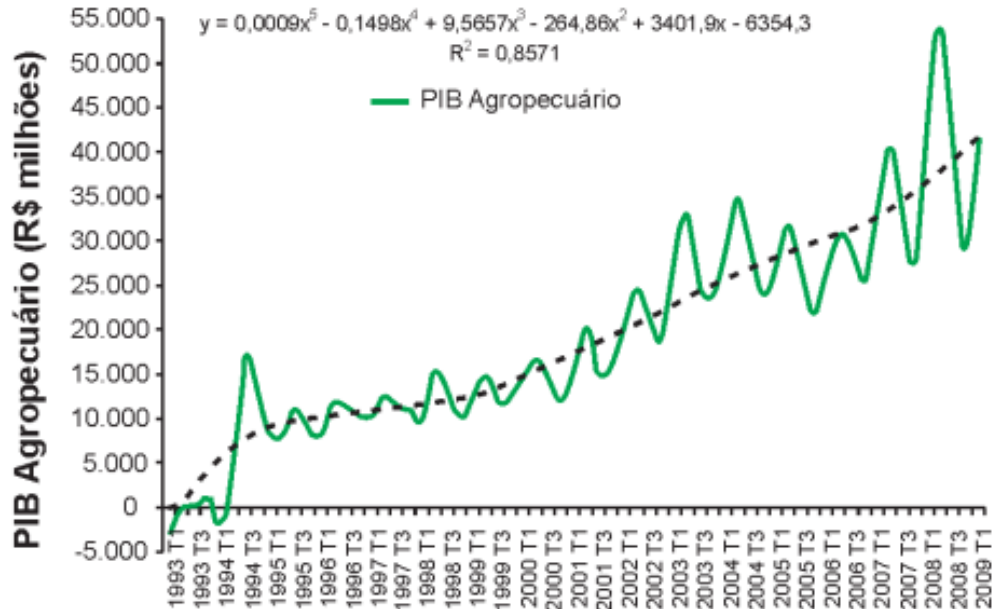
Em 1972, a opção pela empresa pública foi uma decisão ousada do governo para livrar a Embrapa das peias da administração direta e dar-lhe flexibilidade, em relação a administração de recursos e pessoal, planejamento, avaliação de desempenho, execução de orçamento, divulgação de resultados e transparência (ALVES, 2010, p.03)

Este modelo possibilitou à Embrapa a se desenvolver, o que a distinguiu, no cenário nacional e internacional, como um exemplo único no campo da pesquisa pública. Essa personalidade, obviamente fruto dos resultados colhidos, facilitou sua vida no governo e contribuiu para que ela ganhasse a simpatia da sociedade, a opção pelo regime de adotado, deu muita flexibilidade à administração de pessoal, como empresa pública, o relacionamento com o exterior e com a iniciativa particular é muito facilitado (MUELLER; MUELLER, 2014).

## 2.2 A Agricultura pré-crise

A agricultura no pré-crise, tinha e ainda tem uma influência fundamental, no Produto Interno Bruto (PIB):

Gráfico 5 - PIB Agropecuário entre 1993 e 2008



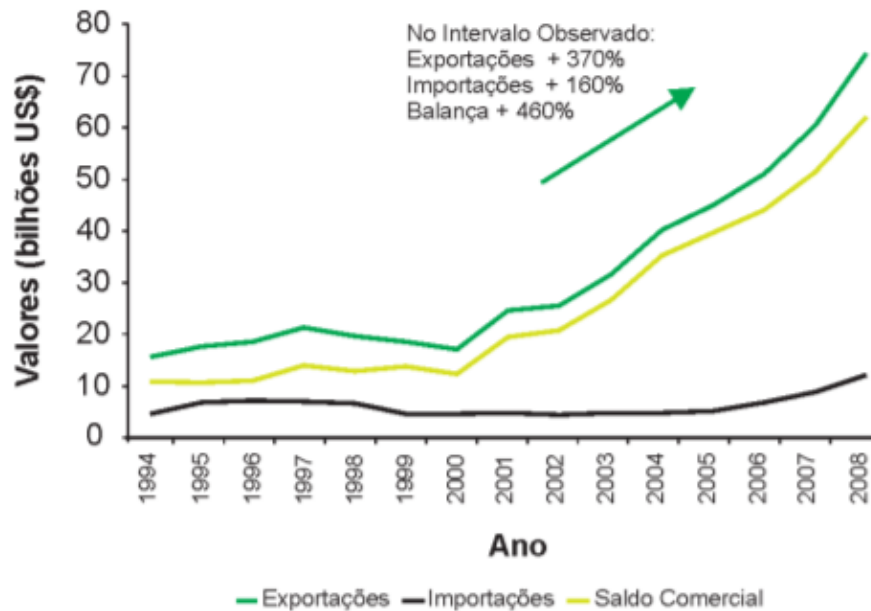
Fonte: Matos; Ninaut e Salvi, 2009

O gráfico acima nos mostra o comportamento de todo o PIB da agropecuária, ele apresentou variações significativas nos trimestres em análise, com períodos de retração do setor, vemos a oscilação dentro do próprio ano, quando analisamos no período de análise como um todo, o crescimento anual pode ser visto, logo o que afetou a renda de produtores rurais e associados de cooperativas no decorrer destes períodos. (Matos, Ninaut, and Salvi, 2009).

Entrando um pouco na análise de comércio internacional e nacional, as exportações dos commodities agrícolas do Brasil respondeu por cerca 36% do total exportado pelo país no ano de 2008, atingindo US\$ 71,80 bilhões (recorde de exportação) e recorde de evolução com surpreendentes 22,94% em relação a 2007, quando foram exportados US\$ 58,40 bilhões.

O gráfico a seguir mostra a evolução do desempenho do comércio internacional dos produtos do agronegócio brasileiro.

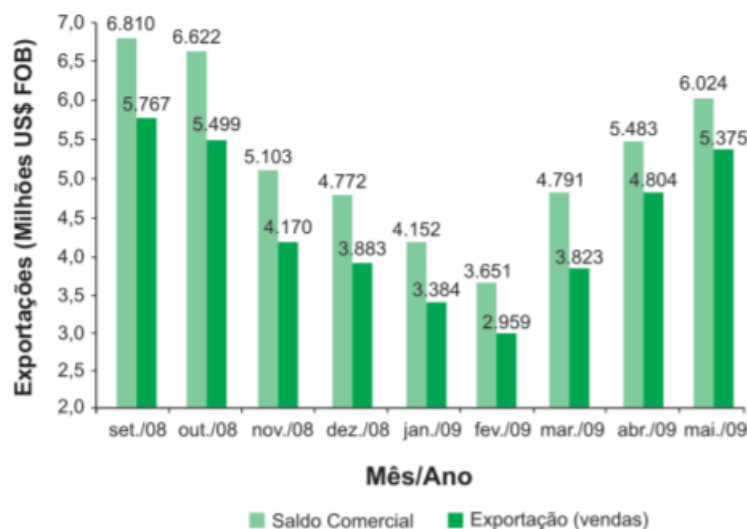
Gráfico 6 - Exportações, importações e salde da balança entre 1994 e 2008



Fonte: Matos; Ninaut e Salvi, 2009

O primeiro ponto a analisar, vem a ser a baixa dependência das importações agrícolas, onde suas compras se baseiam em artigos superficiais, que não são produzidos aqui, vendo-se o intervalo de 1994 até 2008, as exportações mostram um crescimento significativo, em relação às importações, com isso gerando um saldo comercial favorável, as vendas externas do agronegócio, refletido os efeitos da crise mundial, apresentaram retração no segundo semestre de 2008 e início de 2009, esta retração vem de encontro ao início da crise, a partir do mês de março, as exportações começaram a mostrar recuperação, com esse cenário em foco, podemos então começar a dar ênfase na comercialização dos principais produtos da agricultura, a soja em grão, o açúcar tanto o refinado quanto o bruto e por consequência o etanol (MATOS; NINAUT; SALVI, 2009).

Gráfico 7 - Exportações mensais do agronegócio brasileiro



Fonte: Matos; Ninaut e Salvi, 2009

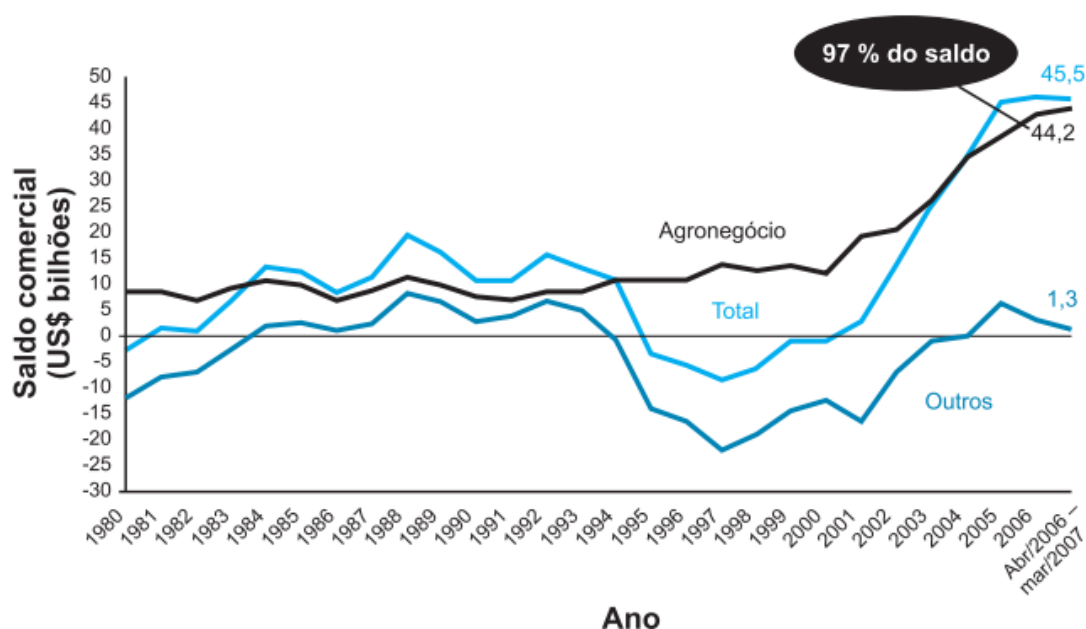
O Gráfico 6 da revista de política agrícola, nos mostra que a evolução das exportações quando comparado com o saldo comercial, por meio da análise mensal dos valores comercializados pelo setor dentro do período de setembro de 2008 a maio de 2009, as vendas externas sob os efeitos da crise mundial, apresentaram uma forte retração no fim de 2008 e no início do ano de 2009. Contudo, a partir do meio do primeiro semestre de 2009, as vendas externas mostraram recuperação com ênfase na comercialização da soja em grão e açúcar. Embora as exportações no acumulado de janeiro a maio de 2009 tenham sido 11,5% inferior àquelas do mesmo período de 2008, o desempenho não se mostrou mais preocupante, pois o Brasil acabou por aumentar sua parceria econômica com os Chineses, onde o aumento a partir de 2008 desta parceria teve um forte aumento, com o tempo o Brasil acabou por se tornar dependente economicamente da China.

Analisando a situação das exportações mais a fundo, os produtos de agronegócio, contribuirão para o equilíbrio das contas externas a partir de 1995, enquanto os demais setores da economia acumularam déficits comerciais de até US\$ 20 bilhões, o agronegócio continuou apresentando superávits atrás de superávits, isso pode ser visto de abril de 2006 a março de 2007, essa parte acabou atingindo um ápice de US\$ 44,2 bilhões, representando 97 % do saldo comercial do país, falando-se um pouco sobre os negócios pecuários, em 1997, as carnes, bovina, suína e de

frango representavam 6,8% do valor das exportações, já em 2006, o valor das exportações de carnes (US\$ 8,35 bilhões) correspondeu a 16,9 % do valor exportado pelo agronegócio brasileiro, o impacto deste aumento ocorreu por conta da criação de novos mercados e uma redução de exportações a países tradicionalmente parceiros comercialmente do Brasil, ocorreu nos últimos 10 anos, ampliação do comércio para o oriente, como por exemplo China, países do Oriente Médio e africana (ALVES; CONTINI; GASQUES, 2008).

Abaixo podemos ver um comparativo do total dos fatores que compõem a balança comercial brasileira:

Gráfico 8- Balança comercial brasileira

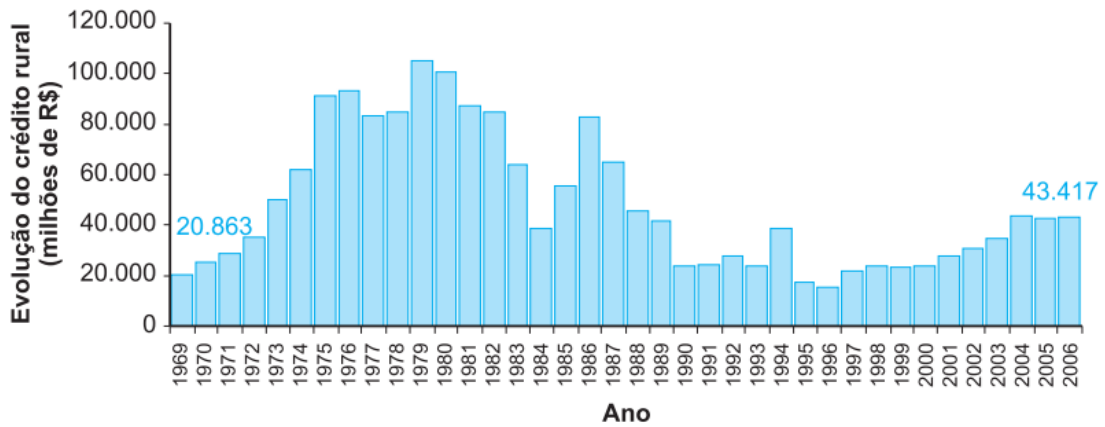


Fonte: Alves, Contini e Gasques, 2008

O grande ponto de análise deste gráfico é o ano de 2006 onde o PIB agrícola representou 97% de todo o PIB, outra análise deste gráfico, podemos ver é que em todo o período de análise, o agronegócio acabou por sempre ter a maior representatividade dentro do total analisado.

Analisando-se outro tema pré-crise, o crédito rural é um ponto fundamental que devemos analisar, no gráfico abaixo, o comportamento desta nossa variável no decorrer dos anos:

Gráfico 9 – Evolução do crédito rural no Brasil



Fonte: Alves, Contini, Gasques, 2008

O crédito rural do governo, acabou-se por se associar com a assistência técnica pública e privada, para suprir o capital físico e humano, até a década de 90, a associação era compulsória, sendo paga pelo produtor, por uma taxa de assistência técnica, nos dias de hoje, a associação é voluntária e predomina a assistência técnica particular (ALVES; CONTINI; GASQUES, 2008).

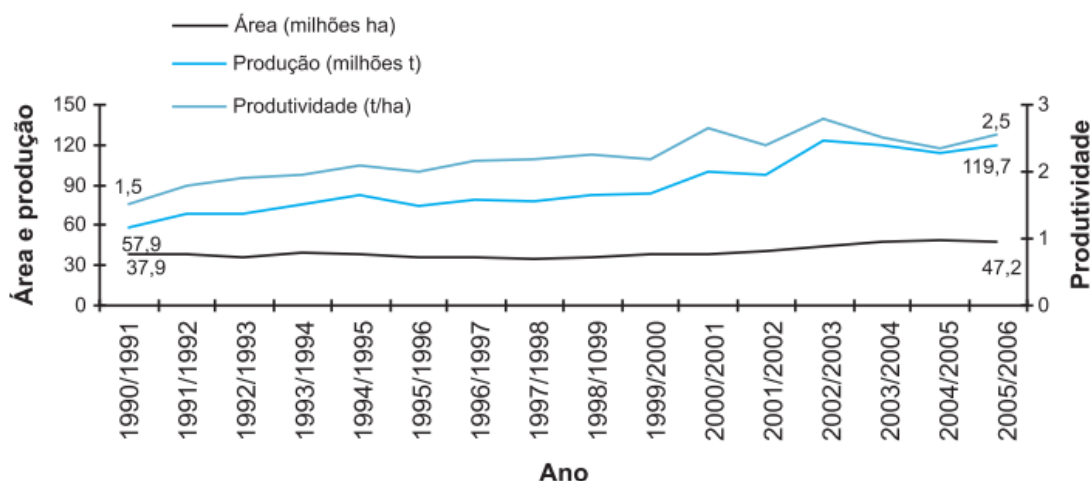
A modernização da agricultura no período de 1950 a 1985, como política pública, não objetivou atingir a maioria dos produtores, os recursos disponíveis para o crédito rural e a posse não documentada da terra não permitiram a massificação deste processo tecnológico, por isto, optou-se então pela seletividade, logo, por consequência, optou-se pelo crédito rural, visto que ele dispõe de mecanismo de auto seleção onde ele está embutido, pelo qual os agricultores que não se enquadram se auto eliminam, sem serem excluídos pelo governo (ALVES, LOPES; CONTINI, 1999).

Analisando-se o gráfico as vésperas da crise, podemos então ver que a procura do crédito estava estabilizada, isso por conta de o processo tecnológico já ter sido propagado, analisando décadas passadas, podemos ver um “boom” de crédito, devido a este acontecimento, a modernização foi difundida e deixando o crédito estável anos depois, muito deste fato, devesse por conta do que citamos anteriormente da presença da Embrapa.

Um ponto muito interessante para vermos no Brasil pré-crise é a tendência nos últimos anos de terem tido de crescimento sistemático da produção das lavouras brasileiras, o fato mais observado a respeito desse crescimento é que ele tem ocorrido principalmente por causa da produtividade e não pelo aumento da área plantada, esta

tem sido a força que impulsiona o crescimento da produção, já que a produção de grãos no Brasil entre 1991 e 2006, por exemplo, cresceu 106,74 %, enquanto a área, 24,5 %, e a produtividade ficou em 66,7 %. Vendo-se o gráfico abaixo, podemos ter uma melhor noção sobre o tema:

Gráfico 10 – Relação Área X Produção X Produtividade entre 1990 a 2006



Fonte: Alves, Contini, Gasques, 2008

O comportamento da produção que podemos ver, no quesito área x produtividade para um conjunto selecionado de produtos da cesta básica, como o arroz, o feijão, o milho, a soja e o trigo, registrou-se uma evolução significativa até 2007, onde nos anos de 2002 até 2007 antes da crise, vinha encarando um aumento significativo, enquanto a área plantada acabou se estagnando, a produção cresceu fortemente, outro aspecto que chama a atenção e não podemos abandoná-lo é a produtividade.

Olhando-se no panorama completo, no primeiro momento até 91 podemos colocar que durante a produtividade da agricultura manteve-se praticamente estagnada, e por essa razão, o aumento da produção era um fator totalmente dependente do aumento da área, depois de 91 até 07, temos então um aumento significativo da produtividade e uma estagnação da área plantada, um efeito inverso dos anos anteriores, muito disso foi por conta da melhora tecnológica, como citado anteriormente, abaixo podemos ver a taxa de crescimento da produção, podemos ver um aumento da taxa de produção de soja, as outras porcentagens acabam por ser distintas, por conta da faixa de ano que está sendo analisado.

Tabela 3 – Taxa anual de crescimento da produção (%)

	<b>Arroz</b>	<b>Milho</b>	<b>Feijão</b>	<b>Soja</b>	<b>Trigo</b>	<b>Todas<sup>(1)</sup></b>
1975–2007	1,00	3,25	1,48	5,44	0,90	3,62
1980–1989	2,98	2,98	1,13	4,16	14,76	5,16
1990–1999	0,82	3,54	0,28	6,80	-2,09	3,29
2000–2007	1,81	2,65	4,14	7,07	5,24	5,68

Fonte: Alves, Contini, Gasques, 2008

Adiante no que estamos nos propondo a analisar, podemos ver o próximo tópico que vem a ser a produtividade total dos fatores de produção à época, ela cresceu à uma taxa média de 2,51 % ao ano, esse cálculo se baseia por meio de todos os produtos que se podia analisar, é grande o aumento da produtividade, em razão da melhoria de qualificação e, também, pelo aumento da quantidade de máquinas agrícolas automotrizes, um maior aumento de toda a tecnologia e o estudo que em torno da agricultura, melhorou a produtividade do campo, cresceu, também, a produtividade da terra no Brasil, como citado anteriormente, esse aumento gerou uma incorporação de novas tecnologias para os trabalhos de pesquisa e da incorporação de áreas novas.

Quando analisamos os anos mais recentes, 2000 a 2005, o PIB agropecuário cresceu à taxa média anual de 5,99 %, em todos os períodos considerados, a taxa de crescimento do produto superou 3 % ao ano, vendo-se durante os anos, as taxas de produtividade são de 1,86% ao ano entre 80 e 89, 2,65% ao ano entre 90 e 99 e 3,87% entre 00 e 05. (ALVES; CONTINI; GASQUES, 2008).

### **2.3 Análise Pós 2008**

A crise internacional de 2008, como vimos, constituiu-se em um grande colapso do comércio entre as nações, o volume do comércio mundial sofreu uma queda abrupta, no final do ano de 2008, a mais preocupante já registrada na história e mais profunda desde a Segunda Guerra Mundial. Podemos ver que todos os 104 países-membros da OMC experimentaram uma variação na sua balança comercial, tanto para exportações quanto para importações, isto pode ser visto durante o segundo

semestre de 2008 e primeiro semestre de 2009 (momento que o mundo sentiu de uma maneira mais forte o impacto da crise) (COSTA *et al*, 2012)

Segundo o autor Kume (2010), em seu livro a crise mundial e as exportações brasileiras:

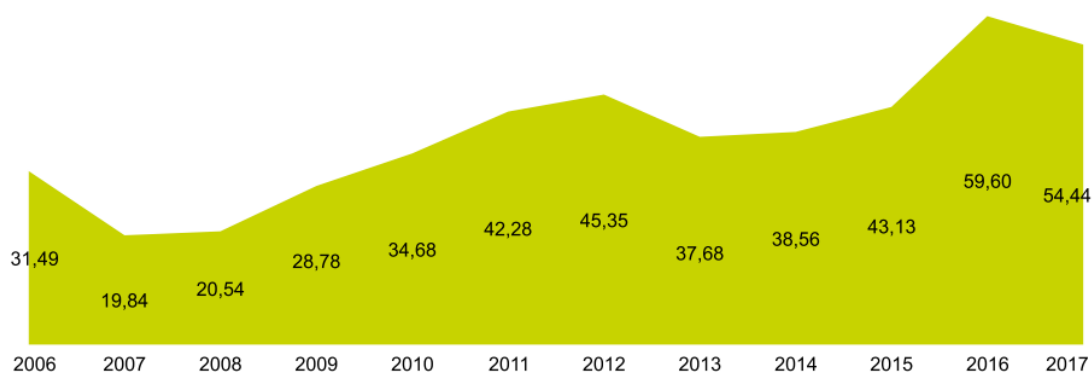
As exportações brasileiras foram menos afetadas pela crise que a média mundial. No quarto trimestre de 2008, quando a taxa de crescimento anual das exportações mundiais foi negativa em 10,8%, a do Brasil ainda era positiva em 6,9%; já nos trimestres seguintes, a variação negativa do Brasil foi inferior à do mundo (COSTA *et al*, 2012, p.02)

Podemos ver que tal resultado se deve pela a composição da pauta de exportação do Brasil onde ela se encontra mais concentrada em produtos menos sensíveis à renda, como alimentos e matérias primas, sua menor participação no processo mundial de especialização vertical, processo caracterizado pela fragmentação da produção em nível internacional.

Iniciando-se, então, a nossa análise sobre a situação do país pós crise, podemos começar com a análise do comércio brasileiro a época, para esta primeiro análise, pego um produto como referência, o açúcar, para sermos mais específicos, a produção canavieira como um todo, primeiramente entre os anos de 2008 e 2014 ocorreu quedas significantes do preço do açúcar, a primeira, a crise financeira internacional de 2008, como já sabemos teve impacto direto no comércio internacional de produtos agrícolas e manufaturados, ao passo que em 2014 surge os primeiros efeitos da crise interna brasileira, o que prejudicou a produção e as indústrias do País, atingindo os mesmos setores da crise de 2008 (MOURA, 2007).

Em contrapartida, no começo de 2018 as exportações de etanol cresceram, chegando a 121,2 milhões de litros, um dos maiores já registrados. O preço médio de venda foi de US\$ 578,23/m<sup>3</sup>, e a receita foi superior a US\$ 70 milhões, acréscimo de 74% em relação a dezembro de 2017, embora, em relação a janeiro do mesmo ano, tenha sido de 2%. No gráfico abaixo podemos ver o comportamento do preço médio do açúcar no mercado:

Gráfico 11 – Níveis das exportações brasileira de açúcar



Fonte: Revista de Política Agrícola 29.1, 2020

Podemos ver no gráfico acima as oscilações destacadas nos anos de 2014 e 2008, o interessante neste gráfico é mostrar o ano de 2016, onde ocorre o maior valor médio do açúcar, devido a uma série de fatores internas e externas a produção. Outro ponto importante para destacarmos, vem a ser a distribuição das exportações do nosso produto selecionado:

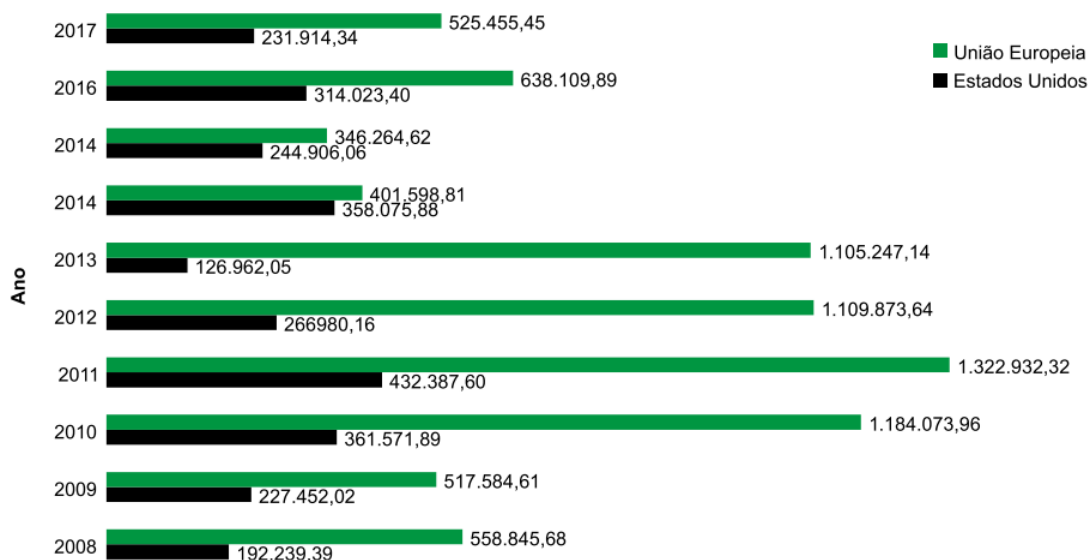
Tabela 4 – Distribuição das exportações brasileiras de açúcar

Safra	China (t)	Indonésia (t)	Emirados Árabes (t)	União Europeia (t)	Estados Unidos (t)
2008–2009	231.730	94.000	738.652	627.798	257.022
2009–2010	97.680	509.901	1.797.835	795.335	203.792
2010–2011	1.255.798	1.139.103	1.585.313	1.113.955	336.015
2011–2012	2.135.471	676.465	1.574.234	1.437.842	421.451
2012–2013	2.426.621	1.652.388	1.875.447	1.143.177	329.350
2013–2014	3.765.849	1.123.140	1.838.580	774.294	173.761
2014–2015	2.345.192	577.705	2.122.757	333.912	285.652
2015–2016	2.370.865	29.942	1.535.716	492.436	262.509
2016–2017	2.149.155	1.580.687	1.384.273	662.459	307.751

Fonte: Revista de Política Agrícola 29.1, 2020

Na nossa pauta, podemos ver um aumento da participação das exportações com a China e mercados secundários, como Indonésia e Emirados Árabes e uma diminuição significativa do comércio com a União Europeia e EUA, no gráfico abaixo, podemos ver com uma análise maior toda a composição do nível de exportações com a União Europeia e EUA:

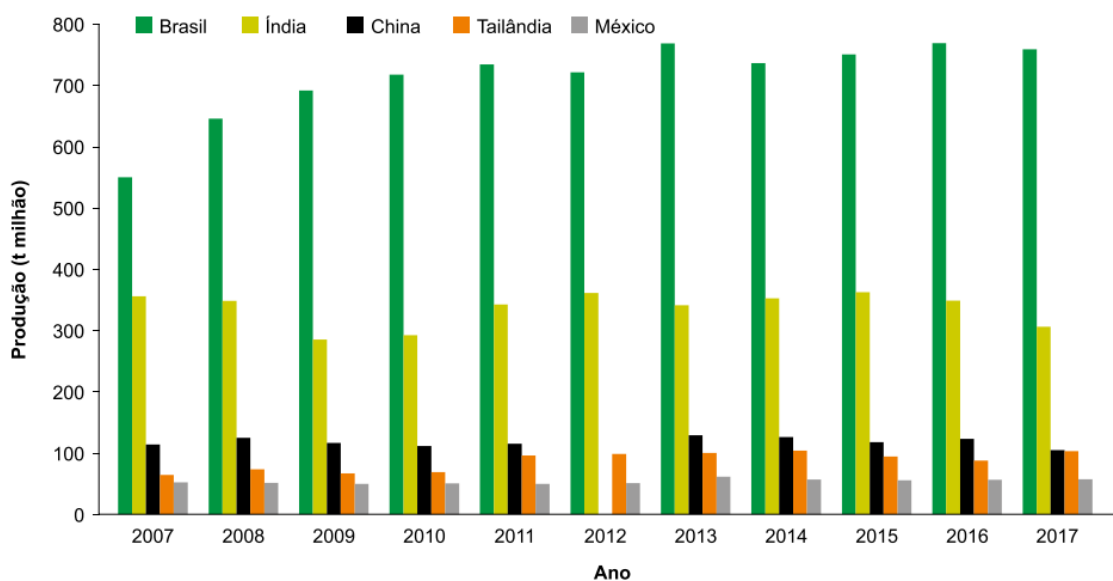
Gráfico 12 – Exportações brasileiras de açúcar (t) para os EUA e União Europeia 2008-2017



Fonte: Revista de Política Agrícola 29.1, 2020

No pós crise entre os anos de 2010 e 2013, podemos ver um aumento enorme do nível de exportação para os Estados Unidos e União Europeia, onde no final acarreta no ano de 2014 em uma drástica redução de exportações para estes países e um aumento significativo por contrapartida de exportações para a China por exemplo, aumentando-se a dependência do Brasil pelas exportações para estes países emergentes, caso olharmos para a produção dos outros países produtores, podemos ver que o Brasil se destaca em toda a cadeia de produção:

Gráfico 13 – Produção de açúcar (t) do Brasil, Índia, China, Tailândia e México 2007-2017



Fonte: Revista de Política Agrícola 29.1, 2020

Caso olhemos outro subproduto da cana de açúcar, como por exemplo o etanol, podemos ver essa diversificação das exportações brasileiras, como o gráfico abaixo nos mostra a diferença entre os EUA e Coreia:

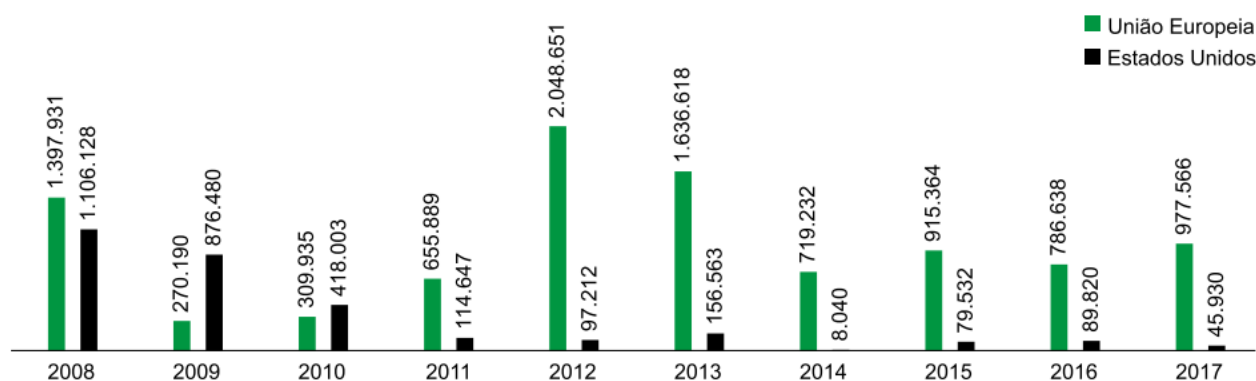
Tabela 5 – Exportações de etanol

Safra	Estados Unidos (mil L)	Coreia do Sul (mil L)
2008–2009	1.448.220	223.278
2009–2010	293.881	286.051
2010–2011	336.319	404.689
2011–2012	663.848	252.082
2012–2013	2.291.162	186.371
2013–2014	1.446.119	442.704
2014–2015	731.446	446.891
2015–2016	971.833	577.082
2016–2017	732.096	404.425

Fonte: Revista de Política Agrícola 29.1, 2020

Abaixo podemos ver a ascensão e a queda da exportação de etanol pelos EUA e União Europeia junto ao Brasil. Nos EUA, essa diminuição é considerável, devido a fabricação de etanol Norte Americana por milho e não por cana de açúcar:

Gráfico 14 – Exportação de etano entre 2008 e 2017



Fonte: Revista de Política Agrícola 29.1, 2020

No caso da União Europeia (EU), as medidas de redução desta exportação se devem por conta da quota tarifária e os subsídios dos governos, já a quota anual de importação do produto é de aproximadamente 388 mil toneladas que são tuteladas pela tarifa de aproximadamente 98 euros por tonelada, quando analisamos pelo ponto de vista dos subsídios, ocorre o estímulo à produção agrícola no velho continente, com isso o volume total da produção tem uma consequência direta com a retração da demanda de importação de produtos agrícolas brasileiros (MOURA, 2007).

Cabe lembrar que o ciclo da cana-de-açúcar se dá em vários períodos do ano, o que torna difícil combinar a produção com as oscilações de preços, o que promove, por vezes, superprodução e a consequente redução de preços, devido a uma oferta abundante.

Juntamente a isso, como os mercados de açúcar e etanol são interdependentes, com a necessidade da política de preço da gasolina pela Petrobrás recentemente, o mercado de etanol voltou a ficar aquecido, por fim, a política adotada pelos Estados Unidos para os biocombustíveis, desde 2009, tem favorecido as exportações entre Brasil e EUA dessa commodity, o Brasil até hoje é considerado o maior parceiro dos EUA na exportação de etanol.

Existe também uma previsão de aumento relevante do número de países que adotam essas práticas que os EUA adotaram, o que eleva ainda mais a demanda por

etanol e o aumento de parceiros tupiniquim. Dessa maneira, a possibilidade de maior rentabilidade no mercado de etanol pode contribuir para a redução de estoques de açúcar, onde os produtores vão optar pela fabricação de etanol.

Depois de analisado o açúcar, outro produto interessante de vermos, vem a ser o arroz, o produto não é o principal na pauta de comércio do país, mas o Brasil é o maior consumidor do produto, fora dos grandes mercados asiáticos, este comportamento da balança comercial do arroz pode ser visto na tabela abaixo:

Tabela 6 – Balanço entre oferta e demanda de arroz para o Brasil, 2005 a 2017, em toneladas

Ano Comercial (março a fevereiro)	2005/6	2006/7	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17
Estoque inicial	2.398	2.471	2.260	2.026	2.034	2.531	2.457	2.570	2.125	1.082	868	963
Produção	13.355	11.722	11.316	12.074	12.603	11.661	13.613	11.600	11.820	12.122	12.449	10.603
<b>Importação</b>	<b>728</b>	<b>828</b>	<b>1.070</b>	<b>590</b>	<b>908</b>	<b>1.045</b>	<b>825</b>	<b>800</b>	<b>966</b>	<b>807</b>	<b>503</b>	<b>1.187</b>
Suprimento total	16.481	15.020	14.645	14.690	15.544	15.237	16.896	14.969	14.911	14.011	13.820	12.753
Consumo doméstico total	13.631	12.308	12.306	11.867	12.118	12.152	12.237	12.100	12.618	11.954	11.495	11.400
<b>Exportação</b>	<b>380</b>	<b>452</b>	<b>313</b>	<b>790</b>	<b>894</b>	<b>627</b>	<b>2.090</b>	<b>1.300</b>	<b>1.211</b>	<b>1.188</b>	<b>1.362</b>	<b>894</b>
Demanda total	14.010	12.761	12.619	12.657	13.013	12.780	14.326	13.400	13.828	13.143	12.857	12.294
Estoque final	2.471	2.260	2.026	2.034	2.531	2.457	2.570	1.569	1.082	868	963	460
Estoque final/Consumo	18%	18%	16%	16%	19%	19%	18%	12%	8%	7%	7%	4%

Nota: Estoque final no dia 28 de fevereiro de cada ano.

Fonte: Zanin e Bacchi, 2010

Diante da maior representatividade de vendas externas pós 2009, a Tabela acima, detalha os dados da oferta e da demanda interna, dessas informações colocadas podemos ver que foram exportadas 1,14 milhões de toneladas no período pré-crise, quando olhamos o pós crise, vemos um aumento significativo nos anos posteriores, onde por exemplo entre 2007/08 e 2008/09 tivemos o dobro de exportações quando os comparamos, o aumento foi tão alto que ultrapassou dois milhões de toneladas em 2011; a partir de então, estabiliza-se em algo como 1,2 milhão de toneladas/ano, com isso então podemos chegar à conclusão da autora do artigo:

Parece que o setor se beneficiou do acumulado de conhecimento sobre esses novos mercados e do “know-how de como exportar arroz” adquirido a partir de meados dos anos 2000. Assim, o setor externo se viabiliza como destino de parte considerável da grande safra de 2011 e acaba mantendo sua importância depois disso. Dessa forma, a balança comercial do setor orizícola, em termos de volume, está em relativo equilíbrio, com saldo levemente positivo no período mais recente (pós 2010). (ZANIN; BACCHI, 2010, p.05)

Com este “boom” pós 2009, o Brasil então se colocou entre os maiores exportadores de arroz no mundo, como podemos ver abaixo, ele acaba tendo pouca

exportação do produto, pois o consumo em mercado interno é muito grande, logo podemos também constatar que não é necessária nenhuma espécie de importação para suprimir o mercado interno:

Tabela 7 – Os 10 principais países importadores e exportadores de arroz

Países	Importações	Países	Exportações
China	2.767	Tailândia	9.139
Nigéria	2.521	Índia	8.457
Irã	1.554	Vietnã	6.596
Filipinas	1.529	Paquistão	3.781
União Europeia	1.497	Estados Unidos	3.301
Indonésia	1.490	Birmânia	1.288
Arábia Saudita	1.287	Camboja	948
Iraque	1.126	Uruguai	902
Costa do Marfim	1.036	Brasil	875
Senegal	988	Argentina	519
Outros	20.062	Outros	3.150

Fonte: Zanin e Bacchi, 2010

Analisando-se a pós 2008 , tivemos um evento peculiar que podemos chamá-lo de nova “colonização” dentro do país, produtores que estavam à procura de terras e aumento da produtividade, começaram a desbravar estados que não tinha como foco a agricultura ou até mesmo não tinham grandes polos populacionais. Um exemplo desta “diáspora” agrícola tupiniquim é o estado do Amapá, podemos ver o aumento desta população na tabela abaixo, podemos observar que o aumento foi de aproximadamente 40% (CASTRO, 2015).

Tabela 8 – População 2000-2010

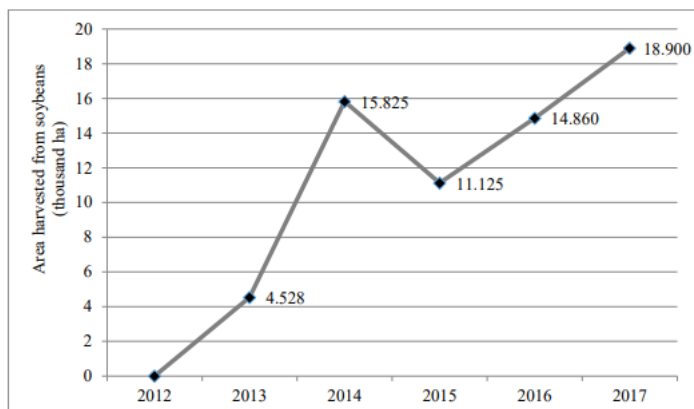
Region	Population in 2000	Population in 2010	Growth (%) 2000-2010
Brazil	169,799,170	190,732,694	12.33
North Region	12,900,704	15,865,678	22.98
Amapá State	477,032	668,689	40.18

Source: IBGE, 2000 and 2010 Censuses.

Fonte: Chelala e Chelala, 2017

A plantação que teve maior adaptação no solo foi a soja que, tradicionalmente, era plantada na região sul do país, teve uma primeira diáspora para a região Centro Oeste, principalmente no estado do Mato Grosso, e por fim acabou encontrando esta nova fronteira no estado do Amapá, como podemos ver abaixo:

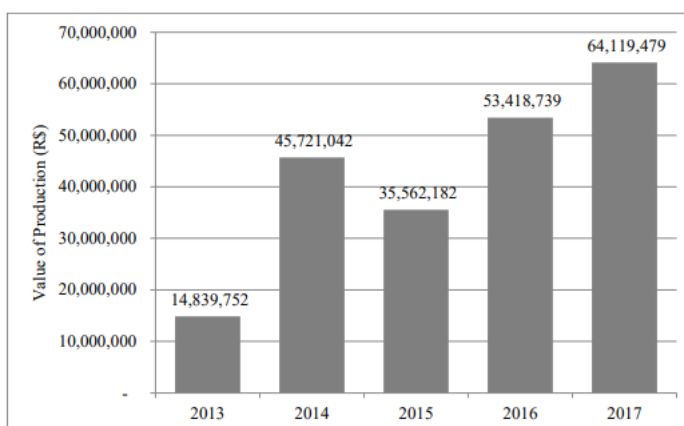
Gráfico 15 – Área plantada por soja no Amapá



Fonte: Chelala e Chelala, 2017

Observando-se a curva da colheita de soja, vem a ser possível analisar que no ano de 2012 não foi identificado nenhum hectare da lavoura, mas chegou a 4,5 mil em 2013, identificando-se desta maneira a baixa gestão e falta de qualidade na alise que o estado sofre. No ano seguinte, o crescimento do plantio foi de 249% maior, sendo superior a 15 mil hectares. Apesar da queda brusca no ano de 2015, a relação safra área da cultura reagiu em 2016 e crescimento para o ano corrente 2017, quando atingirá cerca de 19 mil hectares, está evolução também pode ser vista quando falamos de valores, como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 16 – Evolução da produção de soja no Amapá (em R\$)



Fonte: Chelala e Chelala, 2017

O cálculo do valor feito, teve como base a média anual do preço apurado pelo índice ESALQ/BM&F Bovespa do Centro de Estudos Avançados em Pesquisa Aplicada (CEPEA) para o saco de 60kg de soja a granel, tipo exportação, colocada no

porto de Paranaguá – PR (pode-se ter aqui uma distorção dos valores para o estado, visto que a maioria das exportações do Amapá é feita por seus próprios portos) (CHELALA e CHELALA, 2017).

## Capítulo 3

### 3.1 A mudança a partir da crise de 2008

Começando a analisar os ventos de mudança nesse nosso período estudo, após toda a análise sobre o que tivemos de impacto na agricultura e na agropecuária, vamos agora entender a análise de como o mundo se comportou nesse, pós 2008 (tudo isso com um olhar 100% agrícola), visto que para alguns foi um processo muito tranquilo já para outros, foi um processo cheio de peculiaridades.

A crise do subprime teve um ponto especial em sua análise, ela não ocorreu nos países em desenvolvimento, como Brasil, Rússia e China por exemplo, mas sim nos países centrais e berço do capitalismo, onde as proporções e desdobramentos foram mais amplos.

Essa crise desencadeou um processo de transformação nos mecanismos de governança global em 2008 ocorreu a primeira cúpula de líderes do G-20 em Washington que visava a “restaurar o crescimento global”, como atingiu esse objetivo difícil seria o grande desafio de toda a cúpula participante da reunião, a falta de mecanismos regulatórios suficientes e a falta de uma política macroeconômica controlada e clara entre as maiores economias (RAMOS *et al.*, 2017).

O Brasil então em 2008 viu uma oportunidade para a mudança na estrutura do sistema financeiro e econômico internacional, o país atuou no processo de consolidação do G-20 como o principal foro para lidar com esses temas econômicos internacionais, e começou a defender a maior participação dos países emergentes, como o Bricks por exemplo, nas instituições de decisão sobre a economia mundial.

Segundo o governo brasileiro, o G-20 teria aberto espaço ao Brasil para participação em outros organizações, como Organização Internacional de Comissões de Valores Mobiliários (IOSCO), FSB, Banco de Compensações Internacionais (BIS) e no processo de formulação do Acordo de Basileia III (Ministério das Relações Exteriores 2010a; 2010b), correndo por este sentido, nos EUA, o governo brasileiro declarou que o G-7 não tinha mais condições de guiar a saída da crise, criada por eles mesmos, além disso, o Brasil defendeu um maior fortalecimento do FMI e do Banco Mundial, desde que isso implicasse em mudanças que elevassem o peso dos emergentes em tais instituições (o Brasil claramente, estava com a bandeira de mudança nas mãos). O Brasil também se posicionou contra a proposta dos

Americanos para a criação de novos mecanismos para gerar crescimento mundial equilibrado e sustentável, na cúpula em Londres, o governo brasileiro propôs à China a utilização do Real e do Yuan no comércio bilateral, em substituição ao dólar, cortando -se a dependência total das moedas centrais (RAMOS *et al.*, 2017).

O Brasil então, teve sua mudança pós 2008 em etapas, quando falamos da agricultura, podemos dividir nas seguintes, infraestrutura, crédito rural e a energia rural, quando falamos de crédito agrícola, temos o cenário, onde o crédito rural continuou sendo a principal ferramenta de apoio aos agricultores em face das condições anormais (o governo acabou por financiar e realizar este amparo para os produtores), visto que as altas taxas de juros de mercado por mais de uma década prevaleceram, acarretando após um tempo em uma taxa básica de juros progressivamente reduzida de 13,75% em dezembro de 2009 para 7,25% em outubro de 2012, onde que progressivamente ocorreu uma redução da alíquota aplicada ao financiamento agrícola. Em meados de 2012, a taxa regular de juros do crédito rural para capital de giro, foi reduzido de 6,75% para 5,5%, enquanto as taxas para Médio Programa de Apoio ao Agricultor de Porte (PRONAMP) e Programa Agrícola de Baixo Carbono (ABC) foram reduzidos, respectivamente, de 6,25% para 5% e de 5,5% a 5% (DE MORAES, 2014).

Os programas de crédito rural desempenham um papel fundamental a favor de uma moderna e crescente agricultura e foram revistos e ampliados pela criação de novos, o PROCAP-AGRO foi criado para aumentar o capital das cooperativas agrícolas que durante a crise do subprime, foram fundamentais para a sobrevivência dos produtores, proporcionando crédito preferencial para aquisição de ações de capital e para capital de giro, ajudando assim o pequeno e o médio produtor (ROCHA; PELEGLINI; OZAKI, 2020).

Outra parte que obteve uma mudança interessante, foi a energia agrícola, onde segundo Antonio Luiz Machado de Moraes, na revista de Política Agrícola, desenvolvida pela EMBRAPA, temos o seguinte ponto de vista, quando falamos sobre independência energética:

A agroenergia é outro setor de constante crescimento, levando o país à posição de maior exportador e segundo maior produtor de etanol. A agroenergia ocupa uma participação na matriz energética nacional (30%) e contribui para a sustentabilidade agrícola, reduzindo a emissão de gases de efeito estufa. No 15ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas realizada em Copenhague, o Brasil se comprometeu a reduzir as emissões para entre 36,1% e 38,9% até 2020. Evolução da política agrícola brasileira. (DE MORAES, 2014, p.05.)

As principais fontes de energia renovável agrícola do Brasil são a cana-de-açúcar, tanto como etanol do que biogás, florestas plantadas tanto a lenha, quanto o carvão vegetal e por fim o biodiesel, no ano de 2012, o Brasil produziu 23,5 bilhões litros de etanol e 2,7 bilhões de litros de biodiesel, tornando-se assim o segundo maior produtor desta *commoditie*. Isso representou 30% do mercado interno, junto com o fornecimento de energia e contribui fortemente para a sustentabilidade da matriz energética do país.

A melhora da capacidade de armazenagem pública e privada brasileira, foi algo que girou em torno de 145 milhões de toneladas não está alinhada ao crescimento da produção e às mudanças geográficas distribuição da produção, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) recomenda que os grãos com capacidade de armazenamento devem corresponder a 120% da produção, mas para o Brasil esse número era de 80% na safra 2013-2014 (DE MORAES, 2014).

O déficit de armazenagem capacidade está próxima de 30% e diz respeito principalmente Centro-Oeste, onde a produção de grãos aumentou substancialmente, superando o Sul como principal produtor. Os problemas de armazenagem podem ser muito piores se o Brasil tinha melhor irrigação. O presente irrigado a área é de apenas 4,45 milhões de hectares; ou seja, 7,5% da área cultivada, representando cerca de 20% da produção de grãos. Com melhor irrigação, O Brasil tem potencial para cultivar 30 milhões hectares, o governo então, criou-se dois programas: o Programa para a Construção de Armazéns (PCA) e o PSI Cerealista. Esses dois programas fornecem R\$ 25 bilhões em cinco anos para investimentos na construção e ampliação de armazéns privados. Esses dois novos programas, além do Programa de Incentivo à Irrigação e Armazenamento (MODERINFRA), que oferece uma Taxa de juros de 3,5% no crédito para irrigação (ROCHA, PELEGLINI; OZAKI, 2020).

Em dezembro de 2008, o BNDES lançou o Programa Especial de Crédito, que disponibilizava capital de giro puro para as empresas, com o único intuito de possibilitar que os produtores continuassem a girar, o programa dispunha de R\$ 13 bilhões em seu orçamento total e R\$ 200 milhões por empresa, sendo então necessário R\$ 10 bilhões para qualquer tipo de empresa e R\$ 3 bilhões para o setor da construção civil na aplicação das obras do PAC, o Banco Nacional do Desenvolvimento, não atua com frequência no fornecimento de capital de giro, todavia

essa foi uma demanda do momento já que os bancos privados restringiram a acessibilidade ao crédito, resultado disso foi, de acordo com dados do próprio banco, o desembolso recorde do BNDES no acumulado em 12 meses encerrados lidera com montante de R\$ 63,4 bilhões. No setor de infra-estrutura o valor chegou à R\$ 51,8 bilhões. Seu papel foi, portanto, fundamental na manutenção da oferta de crédito (GIL; BARIZÃO, 2012)

Gráfico 17 – Crédito por origem de capital



Fonte: Gil; Barizão, 2012

Gráfico 18 – Crédito por origem de capital II

**Contribuição Acumulada ao Incremento do Crédito por Origem de Capital nov-09/set-08**



Fonte: Gil; Barizão, 2012

Perante a clara necessidade de ações estatais para contenção da mesma, os discursos do presidente e de sua equipe começaram a se modificar, passou-se a

admitir a severidade da situação e a possível retração econômica do Brasil, no Rio de Janeiro, Lula deu outra declaração que gerou comentários no mundo todo, na qual comparava o papel do governo ao de um médico diante de um paciente, afirmando que dizer a gravidade da doença pode ser desastroso, por isso a adoção de um discurso tranquilizador e amortecedor do conflito e da crise.

A disponibilidade de crédito e da taxa de juros, junto com o governo, para que ele amenize os riscos aos quais sempre se expõe a classe trabalhadora, o que infelizmente não ocorreu, contudo, foi o limitado papel de incentivador de acordos entre patrões e empregados, baseado meramente no discurso fraco que poucas medidas concretas são tomadas por parte o Estado, como o aumento do seguro desemprego, que se limitou a certos setores, o latente desemprego e a piora nas condições de trabalho fizeram com que ajustes de salários, férias coletivas, diminuição da jornada de trabalho, dentre outras reivindicações, se sucedessem em todo o país. (GIL; BARIZÃO, 2012)

Diante os efeitos incontestáveis da crise no cotidiano, a estratégia do governo foi então, adotar um discurso que disseminara a ideia de que o pior já havia passado (a marolinha), o Brasil seria uns dos primeiros países a sair da recessão, para o funcionamento desse tipo de discurso é diretamente dependente da aceitação da população, para aceitá-lo vem a ser necessário a ludibriada com as medidas populistas e com a expansão do crédito fácil que possibilitaria, mesmo sem o devido aumento salarial, o aumento do consumo. Deste modo, o povo sofreu com os maiores prejuízos, enquanto o capital privado foi protegido (BOITO Jr, 2006).

O governo brasileiro opta assim, por reestruturar a economia brasileira pautando-se em beneficiar o capital privado, e não em promover ampla melhora social do país. São beneficiadas as frações de classe dominantes que detêm a hegemonia política no Brasil, ou seja, o capital financeiro internacional e o capital bancário brasileiro. (GIL; BARIZÃO, 2012, p.25.)

Logo o capital financeiro veio por meio da conservação do núcleo duro da política econômica, de cunho neoliberal e o redobrado auxílio, por parte do Estado, em relação à crise ; a criação de condições propícias pelo governo para sua retirada da crise, já o segundo, principalmente através da manutenção da taxa básica em índices baixos e o redobrado auxílio, por parte do Estado, onde a criação de condições propícias pelo governo para sua saída da crise, como a liberalização de dinheiro para pessoas jurídicas pelos bancos estatais, a estatização por meio de reservas cambiais da dívida externa de curto prazo das empresas privadas (GIL; BARIZÃO, 2012).

O foco no enfrentamento cambial merece destaque, uma vez que a desaceleração econômica mundial em 2008 impactou fortemente na redução do volume exportado, e nos fluxos de capitais transacionados, sendo assim, na área cambial, com o intuito de reduzir a volatilidade do preço do dólar e reduzir os impactos da crise sobre o câmbio, no segundo semestre de 2008, os responsáveis, atuaram por meio de diversos instrumentos, que disponibilizou para o Brasil conta em moeda estrangeira, para garantir um nível mínimo de liquidez no mercado de câmbio.

Em outubro de 2008 havia uma tendência de redução do capital estrangeiro internamente, visto que, em uma vez os investidores internacionais retiraram dinheiro do país para diminuir o prejuízo no mercado externo, contudo podemos constatar que o Brasil se recuperou de maneira relativamente rápida, pois, no final de novembro de 2008, os capitais externos começaram a retornar, segundo as autoras do texto “A crise de 2008 e seus efeitos na economia brasileira”. Temos à seguinte conclusão:

Isso aconteceu devido ao aumento da confiança dos investidores na economia brasileira, que no momento da crise apresentava inflação controlada, dívida externa líquida negativa, relação dívida pública e PIB estável e taxas de crescimento econômico. (LIMA; DEUS, 2013, p.08 ).

Continuando nossa análise, temos o Banco do Brasil antecipando crédito de 5 bi, previstos para o setor agrícola, com uma série de solicitações pelos bancos, como o aumento da captação de depósitos, captação essa que gerou um aumento significativo de aproximadamente, 4,5 bilhões, ainda no mesmo ano, ocorreu a criação de um programa de crédito agrícola, tudo isso via Banco do Brasil, com o apoio do governo (MARQUES; NAKATANI, 2009).

### **3.2 O mundo tenta sair da “marolinha” ou do “Tsunami”?**

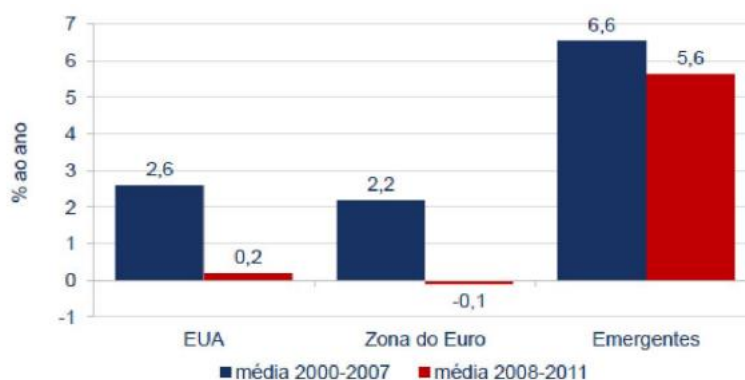
A economia dos principais países desenvolvidos esfacelou-se no cenário global desde o desencadeamento da crise de 2008, os Estados Unidos, além de já estarem acumulando um crescente déficit público antes de 2008, utilizou programas de ajuda a bancos e empresas consideradas produtivas com o intuito de contornar os efeitos causados pela crise, que representaram um enorme esforço fiscal.

As medidas para o enfrentamento da crise que os países adotaram, não reverteram a desaceleração da economia e o alto índice de desemprego, como os

Americanos possuíam os ativos mais seguros da economia internacional, tendo-se o dólar como peça-chave, ele não encontrou dificuldades em financiar sua dívida.

Analisando, então, o ponto colocado anteriormente, podemos ver denotar-se o caráter político das decisões no contexto global de crise, onde tudo aquilo que é comprometimento da capacidade de dispêndio do Estado, para equilibrar a economia esteve mais próximo à um veto ou a elevação do teto da dívida do que pela ausência de mecanismos econômicos para financiá-lo, contudo, não era esse o problema central identificado pelo mercado financeiro, este estava mais preocupado com uma nova determinação dos preços dos ativos, agora sob a perspectiva inevitável da recessão. O problema principal a ser encarado, dessa forma, consistia na queda dos preços dos ativos, tendo como base os resultados negativos que a economia estadunidense vinha apresentando, onde a recuperação ainda se mostra lenta no país, já que, como mostra o Gráfico 17, a média de crescimento no período de 2008 a 2011 se mostra mínimo, principalmente quando comparamos ao período 2000 a 2007 e, principalmente se confrontando à média de crescimento das economias emergentes no mesmo período (LIMA; DEUS, 2013).

Gráfico 19 – Média de crescimento das principais economias



Fonte: LIMA; DEUS, 2013

Vendo o gráfico acima, podemos ter uma maior clareza do impacto da economia dos países, os países desenvolvidos da zona do Euro e o EUA, já em contrapartida, podemos ver o baixo impacto nos países subdesenvolvidos, já quando olhamos para à Europa, desde 2009, as políticas de arrocho fiscal têm sido o grande foco, vale ressaltar que no bloco os países reagiram de maneira diferente em relação à crise, enquanto países como Alemanha, Holanda, Dinamarca e Suécia, por exemplo, têm apresentado desempenhos melhores na atividade econômica, outros

países menos desenvolvidos do bloco, como Irlanda, Portugal, Grécia, Bulgária e Lituânia enfrentam situações muito complicadas, tendo como grande problema a gestão de suas dívidas públicas, na tentativa de apaziguar este cenário o Banco Central Europeu manifestou-se acordando-se então de realizar compra dos bancos credores os títulos dos países que se encontram em situação crítica, contudo o pacote anunciado, acabou não sendo o suficiente para cobrir parte significativa das dívidas colossais desses países, logo isso acabou gerando inquietação, onde pode ser visto uma queda brutal das bolsas, para além, do irrisório desempenho econômico de algumas economias do bloco, este problema associado à uma moeda comum de todos os países do bloco (LIMA; DEUS, 2013).

Outro meio de explicar o gráfico acima, é realizando a análise dos números Americanos, a extensão da crise foi tão rápida, visto a redução do consumo americano, aliado à queda do consumo das famílias, as empresas também cortaram seus programas de investimento, caso não fosse a agressiva ação das políticas monetária e fiscal nos países desenvolvidos, colocamos aqui uma menção especial aos Estados Unidos, a extensão da crise seria devastadora, logo a recuperação da produção mundial foi 100% dependente dos estímulos monetários e fiscais que foram criados pelos governos desenvolvidos.

Analisando a poupança à época, ocorreu uma reação natural para recompor o patrimônio e evitar a insolvência dos países, adicionalmente, quando realizamos uma análise em relação aos investimentos, as perspectivas não são de recuperação no curto prazo.

O investimento imobiliário entrou em colapso e não tinha perspectiva de se recuperar nos próximos anos, visto a capacidade ociosa da indústria que reduziu os investimentos das empresas, logo, a solução deverá vir da demanda externa, de um lado, os norte-americanos vão poupar mais, já os asiáticos a China ( junto com os tigres asiáticos), deverá consumir mais, para que isso ocorra com êxito, uma mudança cambial e fiscal dos governos é fundamental para reduzir os desequilíbrios mundiais, podemos ver abaixo como a economia chinesa se comportou:

Em 2004, a China começou a flexibilizar a sua política cambial permitindo a apreciação do renmimbi, mas em 2008 o Banco do Povo voltou ao regime de câmbio fixo. Como a grande maioria das moedas se apreciou frente ao dólar, a moeda chinesa voltou a ficar desvalorizada ameaçando o tênue equilíbrio da economia mundial. Não é adequada, nem para a China nem para o mundo, uma política cambial tão agressiva. Implica que a China continuaria comprando dólares indefinidamente. (SILBER, 2010, p.95)

Já quando vemos o caso brasileiro, temos a célebre frase do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, onde ele dizia acreditar que a crise americana, caso chegasse ao Brasil, não seria um “tsunami” (como nas economias centrais), mas sim uma “marolinha”.

Segundo o autor Julio Gomes de Almeida (2010), as razões pelas quais o Brasil conseguiu “surfear” na marolinha foram:

a remoção da vulnerabilidade externa mediante a acumulação de reservas que às vésperas da crise chegavam a quase US\$ 200,0 bilhões, a maior solidez das contas públicas e do endividamento do setor público e a contaminação zero das instituições financeiras do País com os ativos “tóxicos” que notabilizaram o boom financeiro internacional e que sofreriam forte desvalorização com a crise. (ALMEIDA, 2011, p.330).

As forças governamentais brasileiras tiveram ações insuficientes e atrasadas quando observamos as ações fiscais e monetárias utilizadas, enquanto as políticas de renúncia fiscal foram significativas nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, tais políticas representaram aproximadamente míseros 1% do PIB nacional, com a renúncia fiscal tivemos através de reduções e isenções de impostos federais incidentes sobre bens duráveis e recebimentos em atraso, o que tornou o governo um prestador de última instância à empreendedores com dificuldade de acesso ao crédito, aqui podemos ver diversos casos de grandes produtores que tomaram esses créditos junto a bancos públicos, como o Banco do Nordeste e o mais conhecido, o Banco do Brasil (BUSNARDO, 2012).

Quando vemos as políticas monetárias, podemos dizer que a baixa dos juros foi realizada de maneira tardia, uma vez que o ápice preocupação da crise se deu em setembro de 2008 e a SELIC foi reduzida pelo COPOM no início de 2009, evidenciando assim a ação tardia do governo, logo entre janeiro e julho de 2009, a taxa básica de juros do Brasil caiu em aproximadamente 6 pontos percentuais. (ALMEIDA, 2011).

Uma vez que os reflexos da queda na taxa de juros são sentidos algum tempo após sua alteração, vem a ser possível que ela atuou como o grande guia no processo

de recuperação econômico brasileiro. Na medida que a parcela dos depósitos a vista que os bancos devem compulsoriamente direcionam aos cofres do Banco Central, elas também viram um instrumento de combate à crise, quando analisamos setembro de 2008 até o início de 2009, o Banco Central diminuiu esta quantia, o que garantiu uma liquidez extra à economia, onde além disso, o BC atuou na aquisição de carteiras de crédito de instituições financeiras de menor porte, o que assegurou sua operação e evitou uma possível corrida bancária (BUSNARDO, 2012).

Os gráficos abaixo, mostram como os gastos públicos tiveram uma importância significativa no período em questão, em ambos os cenários, à uma pequena elevação dos valores que estão explicitados nos gráficos nos anos de 2008 e 2010. Já em relação ao ano de 2008, os gastos do governo em 2009 cresceram 8%, quando fazemos o mesmo cálculo para os anos de 2009 e 2010, este aumento passa para 20,5%, com a porcentagem do PIB, o crescimento também é significativo, enquanto no ano de 2008 os gastos públicos eram responsáveis por 36,52% do PIB do país, esta participação passou a ser de 36,85% em 2009 e saltou para 38,12% em 2010.

Os aumentos dos gastos do governo garantiram que a roda que gira a economia brasileira não fosse freada da mesma maneira que a de outros países, logo desta forma, o consumo foi mantido, o desemprego não aumentou e o Brasil teve suas políticas de combate à crise exaltados.

Abaixo podemos ver um quadro de ações do governo brasileiro, divididos entre área e ações que o governo tomou para conter a crise:

Tabela 9 – Ações tomadas pelo governo por áreas

<b>Setor</b>	<b>Efeitos da crise</b>	<b>Ação do governo</b>	<b>Resultados</b>
<b>Construção Civil</b>	Queda da produção industrial de insumos da Construção Civil de outubro/ 2008 a fevereiro/2009.	Aumento de R\$ 7 mil para R\$ 25 mil no limite de empréstimo para compra de material de construção. Disponibilização, em novembro de 2008, de crédito de R\$ 2 bilhões para estimular o consumo em diversos setores, incluindo	Aumento da produção industrial de insumos da construção civil em 2009, apesar de ainda apresentar níveis menores que no mesmo período de 2008.

		o de materiais de construção.	
<b>Automóveis</b>	Que dá das vendas reais de carros nacionais a partir do final de julho até dezembro de 2008 e de veículos, motos e autopeças de julho a novembro de 2008.	Aumento da oferta de crédito para o setor automotivo; isenção do IPI de carros de motor 1.0 e do IOF nos financiamentos de motocicletas, motonetas e ciclomotores	Tendência de aumento das vendas de carros nacionais de janeiro a outubro de 2009; e das vendas de veículos, motos e autopeças a partir de dezembro de 2008.
<b>Agricultura</b>	Queda na produção de máquinas agrícolas a partir de outubro de 2008 até fevereiro de 2009.	Antecipação de crédito de R\$ 5 bilhões para financiamento da safra.	A produção de máquinas agrícolas em 2009, que indica o nível de atividade econômica na agricultura, foi inferior à produção mensal de 2008.
<b>Móveis e eletrodomésticos</b>	Vendas reais no varejo de setembro a dezembro de 2008 inferiores às vendas no mesmo período de 2009.	Disponibilização, em novembro de 2008, de crédito de R\$ 2 bilhões para estimular o consumo em diversos setores, incluindo o de móveis e eletrodomésticos; redução do IPI de fogões, geladeiras, lavadoras e tanques em abril de 2009	Aumento das vendas a partir de novembro de 2008; nos três últimos meses de 2009, obtiveram-se as maiores vendas no varejo.

Fonte: ALMEIDA, 2011

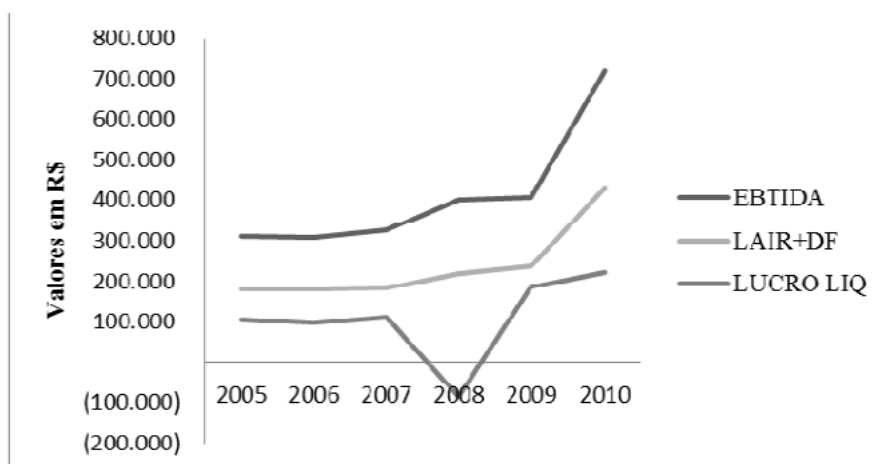
### **3.3 O Agronegócio pós 2008**

Com o advento da globalização, a pauta que está na ponta da língua de todos passa a ser o aquecimento global e a preservação dos recursos naturais, neste período, até os dias atuais, o agronegócio brasileiro confirmou-se como potência mundial de exportações.

Com vastas contribuições significativas, para a economia e inclusão social, o setor precisa a cada dia que passa, produz uma maior quantidade e com o olhar atento aos novos padrões sustentáveis de preservação do meio ambiente, anteriormente a pauta “ambiental” era tratada dentro dos conceitos econômicos e legais, depois com o tempo passou a ter espaço específico dentro do cenário agrícola, surge, então, o conceito primitivo de desenvolvimento sustentável, vem a ser uma grande verdade que o nascimento da terminologia desenvolvimento sustentável se deu por uma onda global, mas já é aceito restritivamente, regionalmente e individualmente, sem questionamentos, onde a cooperação global continua sendo de importância inquestionável, mas não se pode esperar uma ação de sucesso transnacional de braços cruzados, as pessoas não assumem um papel passivo, sendo assim o setor do agronegócio e toda a pluralidade de agentes que o compõem também estão incluídos, espera-se então uma atitude proativa dos mesmos (HALL; BECK; TOLEDO FILHO, 2012).

Para os países tropicais, esta oportunidade é particularmente desafiadora, visto que o clima tropical por muito tempo foi um problema, ele aparece agora como uma duradoura vantagem comparativa natural, por permitir produtividades maiores que as apresentadas nas zonas temperadas, onde ele assume a dívida alimentar a crescente população mundial, esse advento, vem ganhando-se destaque no Brasil quando o assunto é sustentabilidade, a demanda por alimentos projetada até 2050 não é fruto somente do aumento populacional, mas também vem a ser fruto da ascensão econômica.

Gráfico 20 - Lucratividade

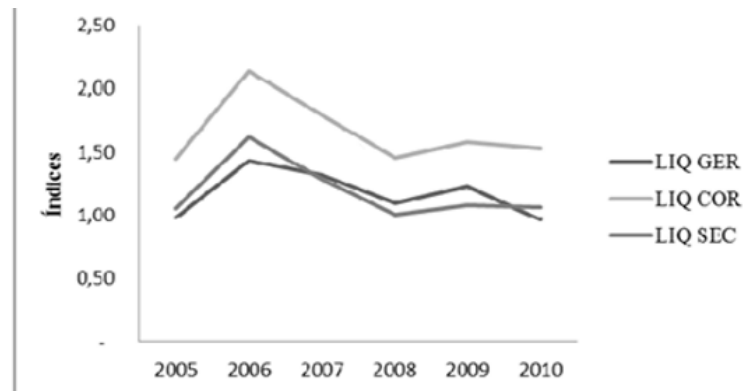


Fonte: Hall, Beck e Toledo Filho 2012

Esse gráfico é esclarecedor no aspecto de perceber que as despesas financeiras foram impactantes para o setor do agronegócio em 2008, percebe-se que o lucro líquido foi negativo no ano de 2008 enquanto o EBITDA e o LAIR acrescentado das despesas financeiras foram positivos e até superiores aos períodos anteriores, as perdas ocorreram por conta de investimentos em derivativos, onde estes influenciaram nos balanços das empresas, depois temos um aumento expressivo no EBITDA e no próprio lucro líquido.

Como podemos ver abaixo no gráfico de liquidez, os índices de atingiram, seu ponto máximo em 2006 e partir daí estavam com viés de baixa, em 2008 atingiu seu menor valor, com uma suave recuperação em 2009, contudo essa liquidez, ainda pode ser considerada saudável, pois todos os indicadores apresentaram índices superiores a um, em realidade as empresas, em média, apresentavam um nível elevado de liquidez até 2008, depois ela eleva, quando comparamos aos índices de 2008, contudo os índices nunca se comparam ao pré-crise.

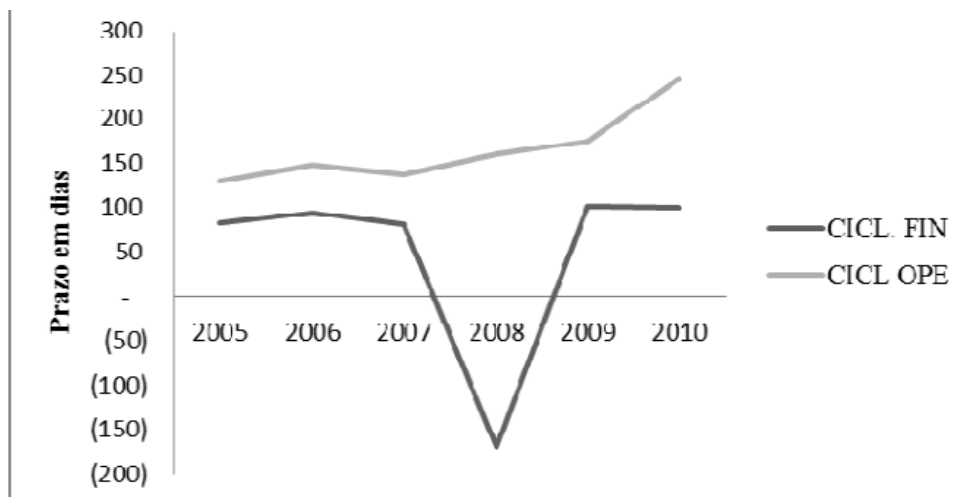
Gráfico 21 - Liquidez



Fonte: Hall, Beck e Toledo Filho 2012

Outro índice muito interessante para analisarmos, vem a ser os ciclos de atividades, onde o dividimos em dois, o financeiro e o operacional, quando olhamos o operacional, vemos uma estabilização e até mesmo uma tendência forte de crescimento para os anos em análise, já quando vemos o financeiro, vemos um déficit enorme no ano de 2008, visto o agravamento da crise e o acúmulo do contas a pagar, após este período, vemos uma estabilização do pré-crise.

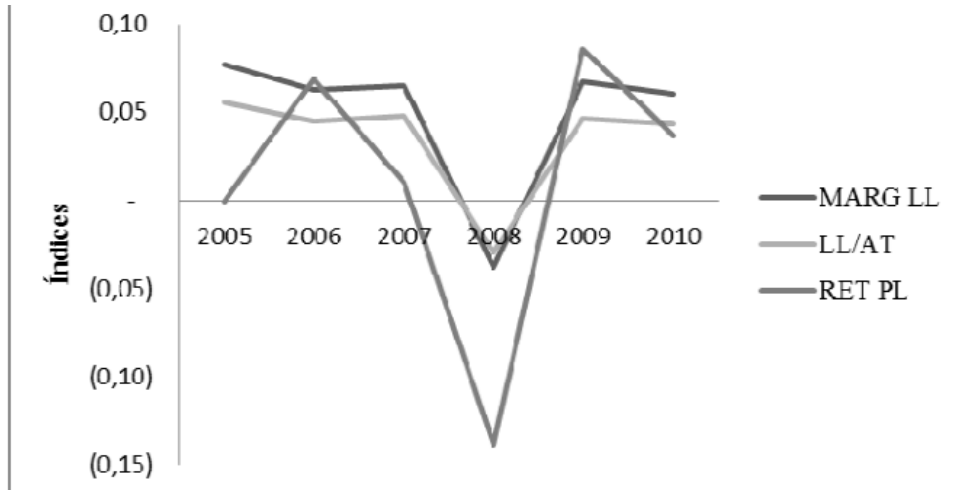
Gráfico 22 – Ciclos de atividade



Fonte: Hall, Beck e Toledo Filho 2012

Por fim, colocamos um último indicador para analisarmos a rentabilidade:

Gráfico 23 - Rentabilidade



Fonte: Hall, Beck e Toledo Filho 2012

Vemos no gráfico acima que no ano de 2008 houve uma queda significativa nos indicadores, sendo que todos os índices que analisamos, tiveram um retorno negativo no ano de crise, devido ao prejuízo líquido médio apresentado por esse segmento, o retorno sobre o patrimônio líquido (RET PL) foi o que apresentou maior redução, nesse ano os investidores do segmento tiveram perdas consideráveis em seus investimentos. Contudo, houve uma recuperação rápida e em 2009 os resultados já foram melhores e os níveis de rentabilidade ficaram semelhantes aos de 2006 e 2007 (HALL, BECK E TOLEDO FILHO 2012).

Em pesquisa realizada pelo IPEA, com o método de estudo *constant market share*, onde resumidamente falando, ele tem sido utilizado para análises dos fatores que contribuíram para o desempenho das exportações de um país ou bloco econômico, quando colocamos esta relação frente ao resto do mundo ou mercados estrangeiros individuais em, o CMS foi elaborado para a análise do crescimento das exportações do país, que basicamente atribui o crescimento favorável ou desfavorável das exportações tanto à estrutura das exportações quanto à competitividade, logo a intenção toda é que cada país ou bloco econômico conserve sua parte constante no comércio mundial, onde havendo mudança nesta parcela, deve-se deixar implícito no modelo econométrico analisado (MARANHÃO, VIEIRA FILHO, 2016).

Quando chegamos nos períodos mais recentes, observando-se a pesquisa, podemos ver os dados que obtivemos, para o estudo da situação do cenário agrícola brasileiro, com isso, temos estes resultados:

Tabela 10 – Cenário agrícola no mundo

Valor adicionado (% do PIB)	Regiões	Anos					Taxa geométrica de crescimento (TGC)			
		1992	1994	1999	2008	2013	1992-1994	1994-1999	1999-2008	2008-2013
Agricultura	Mundo	-	-	4,3	3,1	3,1	-	-	-3,7	0,4
	Países de renda média	17,8	17,0	14,3	10,2	10,0	-2,5	-3,3	-3,7	-0,4
	Países de baixa renda	41,4	41,2	37,8	33,5	32,4	-0,3	-1,7	-1,3	-0,7
	Países de alta renda	-	-	2,0	1,5	1,6	-	-	-3,4	1,3
	Brasil	7,7	9,9	5,3	5,4	5,6	13,0	-11,5	0,1	0,8
	Argentina	5,9	5,5	4,8	7,2	7,3	-4,0	-2,67	4,61	0,42
	China	21,4	19,5	16,1	10,3	9,4	-4,5	-3,8	-4,8	-1,9
	Índia	28,7	28,3	24,5	17,8	18,6	-0,8	-2,8	-3,5	0,9
	Rússia	7,4	6,6	7,3	4,4	4,0	-5,3	2,0	-5,5	-1,8
	Estados Unidos	-	-	1,2	1,1	1,5	-	-	-0,3	4,9

Fonte: Maranhão e Vieira Filho, 2016

Por fim, quando analisamos a tabela acima, ela apresenta o valor adicionado como proporção do PIB para os setores da agricultura, da indústria e do serviço, podemos notar que, de um lado, a participação da agricultura vem caindo ao longo do tempo em todos os países analisados, observamos que embora a participação da agricultura esteja em declínio, isso nos mostra que a manufatura dos produtos primários passa a ter um papel importante no processo produtivo, isto posto, vemos que essa atividade vem a ser englobada no setor industrial e não no agrícola, diminuindo-se assim a participação do agro dentro do PIB e tendo-se um aumento como anteriormente dito da participação Industrial no PIB mas não tirando-se a grande participação do agro nas economias analisadas em especial nas economias emergentes (MARANHÃO; VIEIRA FILHO, 2016).

## **Considerações finais**

Os objetivos propostos, de uma discussão histórica sobre os impactos da crise no Brasil, a análise e entendimento dos indicadores da agricultura antes e pós 2008 e o entendimento de como o mercado e todo o globo se portou, foram alcançados

No primeiro capítulo, o objetivo proposto, a discussão histórica sobre os principais fatos que acarretaram a crise do subprime, os impactos dela no mundo com o enfoque especial no que ela proporcionou no Brasil também foram atingidos.

No segundo capítulo, temos o início das discussões sobre o impacto da crise de 2008 na agricultura brasileira e podemos ver uma análise da situação agrícola brasileira pré-crise e um comparativo com o pós 2008, analisando-se também os níveis dos principais índices agrícolas.

O terceiro capítulo teve como objetivo, com a análise dos fatos pós 2008 que afetaram os mercados como um todo, buscar entender como o agronegócio superou o impactante ano de 2008 e como os países se comportaram durante esse período.

Concluimos com esse trabalho que o impacto gerado pela crise do subprime foi profundo dentro de todo o globo não foi diferente no Brasil, onde o país sofreu e sofre grandes mudanças sociais e econômicas, marcando a profunda dependência entre o Brasil e as commodities

## Bibliografia

ALMEIDA, Júlio Gomes de et al. Como o Brasil superou a crise. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 2, p. 330-332, 2011.

ALVES, ER de A.; CONTINI, Elisio; GASQUES, José Garcia. Evolução da produção e produtividade da agricultura brasileira. 2008.

ALVES, ER de A. Embrapa: um caso bem-sucedido de inovação institucional. 2010.

ALVES, ER de A.; LOPES, Mauro; CONTINI, Elísio. O empobrecimento da agricultura brasileira. Área de Informação da Sede-Artigo em periódico indexado (ALICE), 1999.

BASCO, C. A.; GUANZIROLI, C. E. Situação e perspectivas da agricultura brasileira 2008; a experiência da cooperação técnica do IICA. 2008.

BRASIL, Banco. Anuário Estatístico do Crédito Rural 2011. 2012. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/anuario\\_estat\\_credrural?ano=2001](https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/anuario_estat_credrural?ano=2001) acesso em Novembro de 2021

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Dominação financeira e sua crise no quadro do capitalismo do conhecimento e do Estado Democrático Social. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 195-205, 2008.

BOITO JR., A. A burguesia no Governo Lula. In: *Crítica Marxista*, n 21, Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005, p.52-77.

CARVALHO, FC de. Entendendo a recente crise financeira global. Dossiê da Crise. Associação Keynesiana Brasileira, p. 16-22, 2008.

CHELALA, Cláudia F.; CHELALA, Charles A. AMAPÁ: A NEW GRAIN AGRIBUSINESS

FRONTIER. *Brazilian Review of Economics & Agribusiness/Revista de Economia e Agronegócio*, v. 15, n. 3, 2017.

COSTA, Lorena Vieira; GOMES, Marília Fernandes Maciel; LÍRIO, Viviani Silva. A crise econômica internacional de 2008 e a demanda pelas exportações brasileiras. *Revista de Política Agrícola*, v. 21, n. 3, p. 5-18, 2012.

DALL'AGNOL, Amélio et al. O complexo agroindustrial da soja brasileira. *Embrapa Soja-Circular Técnica (INFOTECA-E)*, 2007.

D'AGOSTINI, L. L. M. Atuação das autoridades monetárias brasileiras diante da crise financeira internacional. *R. Econ. & Tecnologia*, v. 4, n. 4. 2008.

DE MORAES, A. L. M. Brazil's agricultural policy developments. 2014.

Embrapa, *Trajectoria da Agricultura Brasileira*, Embrapa 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/visao/trajectoria-da-agricultura-brasileira> Acesso em: fevereiro de 2021

Embrapa, *Trajectoria da Agricultura Brasileira*, Embrapa 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/visao/trajectoria-da-agricultura-brasileira> Acesso em: fevereiro de 2021

FOSTER, J. B. A financeirização do capital e a crise. In: outubro, n 18, São Paulo: alameda, 2000, p. 9-41.

GIL, Aldo Duran; BARIZÃO, Débora Fernandes. A crise econômico-financeira de 2008/2009 e seu impacto no Brasil. *Revista Horizonte Científico*, v. 6, n. 1, 2012.

GIL, Antônio Carlos. Como classificar as pesquisas. Como elaborar projetos de pesquisa, v. 4, n. 1, p. 44-45, 2002.

GRECCO ZANON MOURA, Ticiania. Uma análise do mercado internacional de açúcar bruto com ênfase no programa americano para o setor. 2007. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

HALL, Rosemar José; BECK, Franciele; DE TOLEDO FILHO, Jorge Ribeiro. Análise do impacto da crise subprime nas empresas do agronegócio brasileiro listadas na BM&FBovespa. CEP, v. 89, p. 900, 2012.

KRUGMAN, P. A crise de 2008 e a economia da depressão. 1ª edição. Campus, 2009.

LIMA, Thaís Damasceno; DEUS, Larissa Naves. A crise de 2008 e seus efeitos na economia brasileira. Revista Cadernos de Economia, v. 17, n. 32, p. 52-65, 2013.

MARQUES, Rosa Maria; NAKATANI, Paulo. O Brasil e a crise econômica: apenas uma marolinha?. São Paulo, 2009. Disponível em: [http://www4.pucsp.br/downloads/5-5\\_Artigo.pdf](http://www4.pucsp.br/downloads/5-5_Artigo.pdf) Acesso em: outubro de 2021

MARANHÃO, Rebecca Lima Albuquerque; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. A dinâmica do crescimento das exportações do agronegócio brasileiro. Texto para Discussão, 2016.

MATOS, Marcos Antonio; NINAUT, Evandro Scheid; SALVI, José Vitor. Crise financeira internacional e as suas influências no agronegócio brasileiro. Revista de Política Agrícola, v. 18, n. 4, p. 36-48, 2009.

RAMOS, Leonardo et al. A Governança econômica global e os desafios do G-20 pós-crise financeira: análise das posições de Estados Unidos, China, Alemanha e Brasil. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 55, p. 10-27, 2012.

ROCHA, Guilherme André Peleglini; OZAKI, Vitor Augusto. Crédito rural: histórico e panorama atual. Revista de Política Agrícola, v. 29, n. 4, p. 6, 2020.

SILBER, Simão Davi. A economia mundial após a crise financeira de 2007 e 2008. Revista USP, n. 85, p. 82-93, 2010.

SOUZA, Luiz; PREVIDELLI, Maria; NETO, Julio; A Economia Brasileira e a Crise Econômica Mundial. REVISTA de ECONOMIA POLÍTICA 23 e HISTÓRIA ECONÔMICA. São Paulo, v. 7, n. 23, p. 5-25, dez. 2010

VILELA, Evaldo Ferreira; CALLEGARO, Geraldo Magela; FERNANDES, Geraldo Wilson. Biomass e agricultura: oportunidades e desafios. Rio de Janeiro: ABC, 2019.

ZANIN, Vanclei; BACCHI, Mirian. DETERMINANTES DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE ARROZ. Brazilian Review of Economics & Agribusiness/Revista de Economia e Agronegócio, v. 15, n. 3, 2017.